

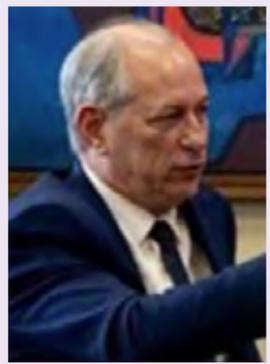
Maior obstáculo para saída da crise

Lula: “O juro do BC

segue alto, vamos

continuar brigando”

Reprodução



Ciro visita BNDES e destaca trabalho “importante” de Mercadante para reindustrialização

O ex-governador e ex-ministro **Ciro Gomes** (PDT) esteve com o presidente do BNDES **Aloizio Mercadante** e com a diretoria da instituição na sexta-feira. “Me reuni hoje com o presidente do BNDES, **Aloizio Mercadante**, e sua diretoria, para debater sobre política industrial para o Brasil. A atual gestão do Banco tem feito um trabalho importante com o intuito de reindustrializar nosso país”, afirmou o dirigente nacional do PDT. **Página 3**



ANO XXXIII - Nº 3.921 6 a 12 de Setembro de 2023



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Selic alta sequestra o dinheiro público e impede crescimento

O presidente **Lula** (PT) criticou mais uma vez o presidente do Banco Central, **Roberto Campos Neto**, pelos juros altos. “Como é que o empresário vai investir? Como que o empresário vai fazer uma fábrica? Como o empresário vai fazer um investimento qualquer se ele pegar a taxa de juros muito alta? Então vamos continuar brigando”, afirmou o presidente. A fala de **Lula** visa manter a pressão por mais cortes da taxa básica de juros, a **Selic**, que continua sendo o mais alto juro real cobrado no mundo. **Página 3**

Déficit zero, que sequer ‘mercado’ pedia, compromete a recuperação

MCTI



A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**, e o vice-presidente, **Geraldo Alckmin**

Governo destina R\$ 60 bi para apoiar a inovação na indústria

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, vice-presidente **Geraldo Alckmin**, e a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**, anunciaram na quinta-feira

(31) o programa “Mais Inovação Brasil”, que contará com investimento de R\$ 60 bilhões para financiamento da inovação do setor industrial brasileiro. Esse total

investimentos em pesquisa e desenvolvimento incluem recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos

integram os R\$ 106 bilhões anunciados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, em julho, para a nova política industrial brasileira pelos próximos quatro anos. **Página 4**

“O “mercado” já tinha “pre-cificado” o déficit público de 2024, mas o ministro foi mais realista do que o rei e insistiu em zerá-lo”, afirma, em artigo, o economista **Nilson Araújo de Souza**. “Quando editou o Arcabouço Fiscal, o ministro da Fazenda partiu da concepção de que iria buscar o equilíbrio das contas públicas pela via do aumento da receita, e não do corte da despesa”, afirma. Mas, “ao comprometer-se com a meta de zerar o déficit primário no ano que vem e gerar superávit nos dois anos seguintes”, sacrificou a recuperação da economia. **Página 2**

Cid deixa escapar que roubaheira de joias “foi toda documentada”

A frase do tenente-coronel **Mauro Cid** para seu outro cúmplice, **Fábio Wajngarten**, então secretário de Comunicação de **Bolsonaro**, de que “pior é que está tudo documentado”, mostra bem que os fascistas que se infiltraram no governo pelas mãos de **Bolsonaro** achavam que podiam roubar à vontade porque ficariam impunes. **Pág. 3**

Vetos de Lula no ‘arcabouço’ visam reduzir danos ao ‘interesse público’

Os vetos do presidente **Lula** a alguns pontos do chamado “arcabouço fiscal” é uma tentativa de reduzir os danos diante dos exageros de uma legislação já intrinsecamente restritiva aos investimentos e ao atendimento, por parte do Estado, das necessidades mais urgentes da população. Os vetos do Planalto foram acertados com o Ministério do Planejamento e Fazenda. **P. 3**

Ex-premiê italiano: “França e os EUA derrubaram avião de passageiros ao tentar assassinar Kadhafi em 1980”

Em entrevista ao jornal *La Repubblica*, o ex-primeiro-ministro italiano **Giuliano Amato** revelou que, em 1980, uma tentativa de matar o líder líbio **Muammar Kadhafi** cometida pela França e EUA resultou na queda de um avião de passageiros italiano na Sicília, o voo 870 da Itavia, matando todos os 81 passageiros. O plano dos EUA era “simular exercícios da OTAN envolvendo muitas aeronaves”, durante os quais um míssil teria sido disparado – considerado um acidente – contra o avião que transportava **Kadhafi**, disse **Giuliano Amato**. Ao invés, o atingido foi o voo civil. **Pág. 7**

Manifestantes no Níger exigem a retirada das tropas francesas

Os nigerinos foram às ruas pelo segundo dia consecutivo no sábado (2) para exigir a imediata saída dos 1.500 soldados franceses que continuam no país. **Página 6**

Ministro defende a recompra de refinaria na BA

Pág. 2

Déficit zero compromete a recuperação, diz economista



Corte de gasto e de investimentos podem comprometer qualquer esforço de crescimento, que já está sacrificado pelos juros altos, alerta economista

"Margem Equatorial tem de ser explorada", defende Estrella

"Manter a produção elevada é questão de soberania", afirma o geólogo que iniciou a exploração do pré-sal, ao falar da exploração na "nova fronteira petrolífera"

O geólogo e ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobrás Guilherme Estrella, responsável pela exploração do pré-sal, afirmou neste sábado (02), em entrevista ao Estadão, que a estatal petrolífera brasileira tem todas as condições de enfrentar o desafio da Margem Equatorial, como fez no início da década passada no pré-sal.

"A tecnologia da empresa evoluiu" e, segundo ele, "manter a produção elevada é uma questão de soberania nacional". "Ambientalmente é mais complicada que Campos (bacia) mas a tecnologia avançou muito, a sísmica, a interpretação geológica, tudo evoluiu", argumentou Estrella, admitindo que a situação é mais complexa.

Ele recomenda a mesma fórmula usada na época da descoberta do pré-sal. "É provavelmente a última fronteira petrolífera, tem que fazer parte do portfólio da Petrobrás", afirmou o especialista. O geólogo lembrou que esses questionamentos tam-



"É uma questão de Estado, de política pública"

bém surgiram na época do pré-sal e disse que "a Petrobrás precisa sentar com o Ibama e mostrar que pode atender todas as exigências do órgão".

A região, informa o ex-diretor, não é tanta novidade assim para a empresa, que já perfurou poços no local sem nenhum acidente. "Isso faz parte numa exploração como essa, mas não é nada que a Petrobrás não possa resolver", afirmou. "Produzimos por algumas semanas na costa do Pará

na década de 1980, no bloco Palácio Marino 11, mas não era comercial. Mas a simples ocorrência desse poço mostra que a área é prospectável", prosseguiu.

"Tem que sentar com o Ibama e conversar, é uma questão de Estado, de política pública, de garantir a soberania nacional. A Petrobras tem todas as condições de resolver essa parada", ressalta Estrella, que vem sendo convidado a falar em universidades do País sobre sua experiência no setor.

Governo quer zerar déficit confiscando salário do servidor, denuncia José Oreiro

"É pouco dinheiro - especialmente quando comparado com o pagamento de juros - falta só um pouco de boa vontade", afirma o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) sobre o "confisco" de 2% dos salários

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), José Luís Oreiro, afirmou que a equipe econômica do governo Lula planeja "zerar o déficit público" por meio do "confisco de 2% dos salários reais dos servidores públicos federais da União", denunciou.

"Hoje fui informado que no PLOA 2024 está previsto um reajuste salarial de 1% para os servidores públicos. Como a meta de inflação para 2024 definida pelo Conselho Monetário Nacional - formado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela Ministra do Planejamento, Simone Tebet, e pelo bolsonarista que ocupa a presidência do Banco Central, Roberto Campos Neto - é de 3%. Isso significa que o governo planeja (sic) zerar o déficit público - na verdade, o déficit primário, que exclui o pagamento de juros da dívida pública - por intermédio de um confisco de 2% dos salários reais dos servidores públicos federais da União", escreveu o economista, em um artigo publicado em seu blog, nesta terça-feira (30).

Oreiro ressaltou que "os servidores dos poderes legislativo e judiciário - cujos salários são muito mais altos do que os servidores públicos da União - já ti-



veram reajustes aprovados para 2024 e 2025 em patamares muito superiores ao 1% proposto pelo Ministério da Gestão e Inovação na PLOA de 2024", lembrou. "A PLOA prevê um montante de 1,5 Bilhões de reais para o reajuste dos servidores públicos da União, num contexto em que as despesas com pagamento de juros da dívida pública para 2024 - o qual não está sujeito ao arcabouço fiscal proposto pelo Ministério da Fazenda e aprovado pelo Congresso Nacional - será superior a 700 bilhões de reais".

O professor da UnB prosseguiu em seu artigo ressaltando que "a prática de confisco dos salários dos servidores públicos da União foi inaugurada pelo

ministro da Fazenda Paulo Guedes - quem definia os servidores públicos como parasitas - e aparentemente está sendo continuada, ainda que em um grau menor - pela equipe econômica do governo Lula, eleito pela maioria do povo brasileiro para desfazer as sandices feitas pelo "homem do Rolex", observou.

"Espero que o Presidente da República tenha o bom senso de, pelo menos, dar um reajuste salarial para os servidores públicos da União equivalente à meta de inflação para 2024. É pouco dinheiro - especialmente quando comparado com o pagamento de juros - falta só um pouco de boa vontade", concluiu o economista.



Ministro Silveira defende a recompra da Refinaria Landulpho Alves (RLAM)

"O povo baiano e sergipano tem pago preços de combustíveis mais caros do que em regiões de influência das refinarias cujo controle é da Petrobrás", disse o ministro de Minas e Energia

O ministro de Minas e Energia (MME) Alexandre Silveira defendeu neste domingo (3) a recompra pela Petrobrás da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), segundo informa o site do MME. Ele demonstra preocupação com as populações de Bahia e Sergipe desde a privatização da refinaria ocorrida no governo Bolsonaro, pois os moradores desses estados não estão sendo beneficiados pelo Preço de Competitividade Interna (PCI) previsto na nova estratégia comercial da Petrobrás.

"O povo baiano e sergipano tem pago preços de combustíveis mais caros do que em regiões de influência das refinarias cujo controle é da Petrobrás. Entendemos do ponto de vista da segurança energética e da nova geopolítica do setor de petróleo e gás, respeitadas as regras de governança da Companhia, que a Petrobrás deve avaliar recomprar a RLAM. É um ativo histórico e que fez parte da estratégia de desmonte do Sistema Petrobrás e nunca deveria ter sido vendido", argumentou Silveira.

Ao mesmo tempo o ministro trabalha pela concretização da parceria estratégica entre a Petrobrás e a multinacional Acelen, que controla a RLAM, no projeto de biorrefino do óleo de macaúba. Nesta missão de atrair recursos, promover a descarbonização e diversificar nossa matriz energética, o ministro tem mantido reuniões frequentes com representantes do governo dos Emirados Árabes Unidos para tratar de investimentos e fundos soberanos do país no Brasil, afirma reportagem no site do MME.

"O Brasil se destaca na transição energética. Recentemente, ultrapassamos a marca de 100 milhões de créditos de descarbonização emitidos, os chamados CBIOS. Por meio de projetos dessa natureza, nosso objetivo é exportar créditos de carbono e promover uma onda de neointustrialização, gerando empregos e renda para brasileiras e brasileiros", destacou.

O projeto de biorrefino da macaúba - espécie de coco nativo do Brasil - será um dos destaques brasileiros na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28) que, neste ano, vai ocorrer entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro em Dubai. O uso do fruto como matéria-prima permitirá a produção de combustível sustentável de aviação (SAF) e diesel verde. A iniciativa será impulsionada pelo Projeto de Lei do Programa Combustível do Futuro, que será enviado nos próximos dias para o Congresso Nacional e prevê mandatos para impulsionar o desenvolvimento dessa indústria no país.

Para o ministro, a implantação do biorrefino da macaúba é uma medida que trará não apenas benefícios econômicos e para o meio ambiente, mas será uma ferramenta essencial para a redução de desigualdades regionais e de apoio ao pequeno agricultor e agricultora familiar em regiões do semiárido, como os estados da Região Nordeste e as zonas produtoras espalhadas pelo Centro, Norte e Alto Paranaíba (MG).

"Para as mulheres agroextrativistas, o coco da macaúba significa fonte de renda. Elas prestam um enorme serviço ao Brasil, por fazerem um trabalho sustentável, que utiliza o fruto de uma árvore nativa", enfatizou o ministro. Para o ministro, iniciativas na área de bioenergia colaboram diretamente para alcançar o tão desejado desenvolvimento econômico, com frutos sociais, garantindo a preservação do meio ambiente, intensificando as ações em prol da transição energética.

Silveira destaca ainda a importância do Brasil na liderança do Sul Global. "O presidente Lula reúne todas as condições de ser o grande líder do Sul Global nessa questão. Trabalhamos para que os países em desenvolvimento discutam, em pé de igualdade com as nações mais desenvolvidas, a cooperação em bases justas. Não queremos a imposição de uma agenda que atente contra o interesse dos países em desenvolvimento".

"Mercado" já tinha "precificado" o déficit público de 2024, mas o ministro Haddad foi mais realista do que o rei e insistiu em zerá-lo, analisa em artigo o professor Nilson Araújo de Souza

NILSON ARAÚJO(*)

Quando editou o Arca-bouço Fiscal, que no Congresso virou Novo Marco Fiscal, o ministro da Fazenda partiu da concepção de que iria buscar o equilíbrio das contas públicas pela via do aumento da receita, e não do corte da despesa. No entanto, ao comprometer-se com a meta de zerar o déficit primário no ano que vem e gerar superávit nos dois anos seguintes, caiu numa armadilha que ele mesmo armou.

Quando apresentou o esboço da proposta, antes de enviar o projeto ao Congresso, mostrou uma tela indicativa da "expectativa" do chamado mercado (eufemismo para os executivos dos rentistas financeiros), medida pela pesquisa Focus do BC, que demonstrava esperar um resultado primário negativo durante os quatro anos do governo Lula.

Essa "previsão" de que haveria déficit durante os quatro anos do governo Lula significa que o chamado mercado já havia absorvido essa situação; já havia "precificado", para usar o jargão dos economistas neoliberais. Isso significa que, pelo critério dos donos das finanças e seus executivos, não precisava a equipe econômica se comprometer com zerar o déficit primário em 2024 e produzir superávit durante os últimos dois anos de governo.

Só que, ao comprometer-se com essa meta, o resultado poderá ser o corte de gasto. Isso porque, apesar de o ministro estar realizando um importante esforço de aumento da receita, procurando fontes que não estão devidamente tributadas, como as aplicações dos super-ricos, dentre outras medidas, nada garante que ele vá conseguir a receita suficiente para

PIB desacelera e cresce 0,9% no segundo trimestre de 2023

"Obviamente a política monetária, os juros, vão fazer esse efeito na economia", disse a coordenadora da pesquisa

A economia brasileira desacelerou no segundo trimestre de 2023. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) - que é a soma dos bens e serviços finais produzidos no Brasil - cresceu 0,9% no segundo trimestre de 2023 ante o trimestre anterior, revisado pelo de 1,9% para 1,8%. Os números do PIB foram divulgados pelo instituto de pesquisa nesta sexta-feira (1º).

O baixo crescimento do PIB no segundo trimestre reflete os efeitos negativos dos juros altos, estabelecidos pelo Banco Central (BC), que com sua política monetária contracionista está freando a demanda de bens e serviços no país.

"O crescimento acelerou no primeiro trimestre e agora [no segundo trimestre] cresceu menos, mas continuou crescendo. A gente continuou com crescimento importante, mas obviamente a política monetária, os juros vão fazer esse efeito na economia. Além disso, a safra de soja é o nosso maior produto e também teve o maior crescimento no primeiro trimestre, quando é mais concentrada. Ainda tem soja agora, mas tem safra menor", disse a coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis.

No 2º trimestre, o Consumo das Famílias apre-

sentou apenas um avanço de 0,9% e o Consumo do Governo teve alta de 0,7% frente ao trimestre anterior - época em que registraram avanços de 0,7% e 0,4%, respectivamente.

Já os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBC), ficaram paralisados no 2º trimestre, ao registrarem uma variação de apenas 0,1%, após o tombo de -3,4% no 1º trimestre deste ano. Em comparação com igual período de 2022, os investimentos recuaram 2,6% e, no semestre de 2023, ficaram -0,9% abaixo do pico que foi atingido no semestre de 2022.

O IBGE explica que o resultado negativo do indicador FBC, que representa a parcela de investimentos no total da produção de bens e serviços finais produzidos no país, está "ligado ao recuo da produção interna de bens de capital, como são chamados os itens que são usados para produção de outros produtos por mais de um período, como máquinas e equipamentos".

Por sua vez, a taxa de investimento ficou em 17,2% do PIB no segundo trimestre de 2023, ficando abaixo dos 18,3% observados no mesmo período do ano anterior.

Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/pib-desacelera-e-cresce-09-no-2o-trimestre-de-2023-di-z-ibge-2/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusá, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução

Ciro Gomes ressalta “trabalho importante” de Mercadante para reindustrializar o país

O ex-governador e ex-ministro **Ciro Gomes** (PDT) esteve com o presidente do BNDES **Aloizio Mercadante** e com a diretoria da instituição nesta sexta-feira (01) para uma troca de opiniões sobre os planos de industrialização do país.

Ciro, que foi governador do Ceará e prefeito de Fortaleza, fez elogios ao trabalho de Mercadante à frente da instituição e comentou o encontro em suas redes sociais.

“Me reuni hoje com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e sua diretoria, para debater sobre política industrial para o Brasil. A atual gestão do Banco tem feito um trabalho importante com o intuito de reindustrializar nosso país”, afirmou o dirigente nacional do PDT.

Mercadante tem feito um esforço muito grande para recuperar o poder de investimento do BNDES para que ele volte a ser um banco de fomento da reindustrialização do país. Ele tem sido também um crítico ferrenho dos juros altos praticados pelo Banco Central. “Espero que definitivamente essa taxa de juros caia e caia rapidamente, porque todo cenário macroeconômico aponta nessa direção”, afirmou.

Mesmo com todas as dificuldades, Aloizio Mercadante informou recentemente que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social teve desembolsos no primeiro semestre deste ano 21% maiores que o 1º semestre de 2022. Mercadante afirmou ainda, que “O BNDES tem uma expectativa muito promissora para o 2º semestre”. A carteira de projetos registrou uma alta de 209% no semestre. Isso pode se transformar em crescimento dos financiamentos (desembolsos) no segundo semestre.

Cid deixou escapar que a rouboalheira das joias “foi toda documentada”

A frase do tenente-coronel **Mauro Cid** para seu outro cúmplice, **Fábio Wajngarten**, então secretário de Comunicação de Bolsonaro, de que “**pior é que está tudo documentado**”, mostra bem que os fascistas que se infiltraram no governo pelas mãos de Bolsonaro achavam que podiam roubar à vontade porque ficariam impunes. Isto porque, ficando no poder, eles poderiam encobrir tudo. Não foi à toa que cometeram todo tipo de crimes, ilegalidades e até golpe para que o “chefe” permanecesse no palácio.

Ao ouvir a mensagem de Cid, Wajngarten percebeu o tamanho da encrenca e questionou: “**Documentado como? explique-me por favor**”. Cid enviou uma série de mensagens, mas apagou-as e não foi possível saber o que ele disse. No entanto, enviou também um áudio afirmando: “O presidente só ficou sabendo no final do ano, quando o chefe da Receita [Federal] avisou que tinha um bem presenteado para ele que tava ali. Então foi só bem no final do ano que ele ficou sabendo. Não sei dizer a data. Tanto que, em 2022, ninguém tocou nisso aí. Por isso, que entrou para leilão porque ficou mais de um ano”.

Um outro áudio obtido pelo jornal Estadão revela mais uma conversa comprometedoras entre Cid e Wajngarten, desta vez em 13 de março. 10 dias depois da revelação do primeiro estorjo de joias, o ex-ajudante de ordens disse ao advogado que nem sabia que ele “estava no circuito”, mas que se não fosse por ele “nessa guerra toda, o negócio estaria muito mais enrolado”.

Em outra conversa entre os dois, em 15 de março, a PF viu possível ligação de Wajngarten com a recompra do Rolex vendido em Miami. Na ocasião, Cid diz que “parece que vão cassar a decisão do Augusto Nardi [sic]”. O ministro Augusto Nardes, do TCU, havia colocado Bolsonaro como fiel depositário das joias durante o decorrer da investigação. Wajngarten respondeu: “Vão mesmo. Por isso era muito melhor agente [sic] se antecipar”.

A ideia de “antecipar”, para a PF, resultou na operação que levou o advogado de Bolsonaro **Frederick Wassef** a ir aos Estados Unidos recomprar o Rolex, que foi entregue ao TCU na sequência. Quem vendeu o relógio nos Estados Unidos foi o general **Mauro César Lourenas Cid**, pai de **Mauro Cid**.

O caso aconteceu quando veio à público a primeira denúncia do roubo de joias. **Mauro** enviou a reportagem para o então secretário de Comunicação **Fábio Wajngarten** ainda no dia da publicação, 3 de março. O texto apontava que joias então estimadas em R\$16,5 milhões teriam sido apreendidas no aeroporto de Guarulhos em outubro de 2021, na mochila de um militar, assessor do então ministro de Minas e Energia, **Bento Albuquerque**.

Assim que Wajngarten recebeu a reportagem, ele respondeu a **Mauro Cid**: “Eu nunca vi tanta gente ignorante na minha vida”. O diálogo não deixa claro a quem o advogado se refere, mas Cid logo responde: “Difícil mesmo. O pior é que está tudo documentado”. O governo Bolsonaro tentou por oito vezes reaver esses itens, sem sucesso, mas com grande atuação de Cid e uma última tentativa logo antes de o ex-presidente viajar aos Estados Unidos em dezembro de 2022.

“Juros do BC seguem altos. Vamos lutar”, denuncia Lula

Ricardo Stuckert/PR



Presidente da República é cumprimentado na solenidade no Ceará. Os vetos de Lula em trechos do “arcabouço” visaram reduzir danos “ao interesse público”

Os vetos do presidente Lula a alguns pontos do chamado “arcabouço fiscal”, na quinta-feira (31), é uma tentativa do presidente da República de reduzir os danos diante dos exageros de uma legislação já intrinsecamente restritiva aos investimentos e ao atendimento, por parte do Estado, das necessidades mais urgentes da população. Os vetos do Planalto foram acertados com o Ministério do Planejamento e Fazenda.

Lula derrubou o trecho da lei que previa que, na hipótese de limitação de empenho e pagamento, de que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas de investimentos, no âmbito do Poder Executivo federal, poderão ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

Traduzindo: se ao fim de um bimestre as receitas do governo se mostrassem insuficientes para cumprir a meta de resultado primário, as despesas de investimentos “poderiam” ser reduzidas na mesma proporção do corte sobre as demais despesas discricionárias, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, ao invés de livrar os investimentos de mais restrições, a medida vetada restringia ainda mais os investimentos do governo.

Em sua argumentação contrária à medida, o presidente Lula disse que a restrição aos investimentos contraria o interesse público. “Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que amplia a rigidez dos processos de gestão orçamentária, com impacto potencial sobre despesas essenciais da União”, afirma o presi-

Lira não declarou fazendas à Justiça, dizem documentos

O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP-AL), omitiu a compra de quatro fazendas em Pernambuco de suas declarações de bens nas eleições, apontam documentos de compra e recibos de pagamento.

Os documentos foram obtidos e revelados pelo site Congresso em Foco. Entre 2004 e 2006, Arthur Lira pagou R\$ 5 milhões, equivalentes a R\$ 16 milhões com a correção da inflação, nas quatro fazendas. Os pagamentos aconteceram em dinheiro corrente e através de apartamentos e automóveis.

Arthur Lira, que nesse período se candidatou à reeleição como deputado estadual por Alagoas, não declarou a compra das propriedades à Justiça

Eleitoral. Em 2006, ele declarou R\$ 695.901,55 (sem correção) em bens. Todas as fazendas foram compradas entre 2004 e 2006, antes da eleição.

A compra da fazenda de Pantaneiro, que tem 1.028 hectares com “pasto, cultivado, cercado, com curral, balança, tronco, vacaria, estábulos e 2 (duas) casas de morador de alvenaria”, foi iniciada em julho de 2004. No documento de compra e nos recibos de pagamento constam os nomes de **Arthur César Pereira de Lira**, além de seus documentos. A propriedade foi adquirida por R\$ 1,9 milhão, dividido em cinco parcelas. O primeiro pagamento, de R\$ 679 mil, aconteceu em julho de 2004 e o úl-

timo, de R\$ 253 mil, em julho de 2005.

Ainda enquanto pagava a Pantaneira, Lira comprou a fazenda Estrela, de 279 hectares, por R\$ 1,08 milhão. R\$ 150 mil foram pagos no ato da compra. O restante do pagamento envolveu a transferência de uma Pajero Mitsubishi avaliada em R\$ 150 mil, R\$ 300 mil correspondentes a cinco arrobas de gado, R\$ 300 mil de um apartamento em Maceió e mais R\$ 184 mil em dinheiro corrente.

A fazenda Taquari, que custou a Lira R\$ 1,2 milhão, também envolveu a transferência de um apartamento, no mesmo prédio do anterior, em Maceió. R\$ 633 mil foram divididos em três parcelas. Essa compra aconteceu em abril de 2006.

PAC, pudessem “ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.” As despesas discricionárias são os gastos livres dos ministérios. Em seu argumento, o presidente diz que “a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que amplia a rigidez dos processos de gestão orçamentária, com impacto potencial sobre despesas essenciais da União”.

Especialistas avaliaram que a manutenção desses trechos do arcabouço, acrescentadas pelo Congresso Nacional, impediriam, por exemplo, que o governo pudesse cumprir um papel de indutor de investimentos numa situação de desaquecimento da economia. Com os limites impostos pelo projeto original, que manteve os investimentos dentro dos limites do novo teto de gastos e suas bandas, além do objetivo de meta de Haddad de zerar o déficit primário (sem os juros) em 2024, já havia dificuldade do governo aplicar medidas anticíclicas, com a adição desses trechos pelo Congresso havia ficado pior ainda.

Os setores mais retrógrados da sociedade, representantes do capital especulativo, já estão fazendo lobby junto ao presidente da Câmara dos Deputados no sentido da derrubada dos vetos. Dando sinais de que pretende advogar esses interesses, o deputado **Arthur Lira** (PP-AL) afirmou haver “muitas chances” de os parlamentares derrubarem os vetos do presidente Lula. O texto foi construído com o Executivo, o texto foi construído com o ministro Haddad, com o secretário da época, o [Gabriel] Galpipo, o relator, os líderes da Câmara e os técnicos”, frisou Lira.

“Como é que o empresário vai investir? Como que o empresário vai fazer uma fábrica? Como ele vai fazer um investimento qualquer se ele pegar a taxa de juros muito alta?”, indagou

presidente Lula (PT) criticou mais uma vez o presidente do Banco Central, **Roberto Campos Neto**, pelos juros altos. “Como é que o empresário vai investir? Como que o empresário vai fazer uma fábrica? Como o empresário vai fazer um investimento qualquer se ele pegar a taxa de juros muito alta? Então vamos continuar brigando”, afirmou o presidente.

A fala de Lula visa manter a pressão por mais cortes da taxa básica de juros, a Selic, que continua sendo o mais alto juro real cobrado no mundo. “Ninguém pode competir com o Brasil. E nós temos que ter dinheiro para investir, e dinheiro para ser investido a juros baratos. Por isso é que o cidadão do Banco Central precisa saber que ele é presidente do Banco Central do Brasil, e não do Banco Central de um país que não seja o Brasil, e que precisa baixar os juros. Não é possível”, apontou.

“É importante vocês saibam: o presidente do Banco Central não foi indicado por nós, ele foi indicado pelo governo anterior. E o Banco Central agora é autônomo, não tem mais interferência da Presidência da República, que podia chamar o presidente do Banco Central e conversar. Esse cidadão, se ele conversa com alguém, não é comigo. Ele deve conversar com quem o indicou. E quem o indicou não fez coisas boas nesse

“Não há necessidade de zerar déficit. Temos que estimular o crescimento”, diz Gleisi Hoffmann

Moraes Mariz/Senado

A presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada **Gleisi Hoffmann** (PR), defendeu nesta terça-feira (29), em entrevista ao jornal Valor Econômico, a mudança da meta fiscal para 2024. “Diante da situação de frustração de receitas, até pela omissão do próprio Congresso Nacional, precisamos de recurso para manter os investimentos”, argumentou a deputada.

A dirigente do PT acrescentou que a meta de resultado zero “exigirá, nesse quadro de frustração de receitas, um forte contingenciamento, comprometendo investimentos e recursos para diversas áreas do governo”. “Não há necessidade de fazermos isso em um quadro que precisamos estimular o crescimento econômico”, ponderou a parlamentar paranaense.

Segundo ainda a presidente nacional do PT, há uma certa flexibilidade na nova proposta. Ela citou o fato de que o novo arcabouço fiscal prevê uma banda que pode variar até 0,25 ponto percentual do PIB para cima e para baixo em relação à meta fiscal. O comentário de Gleisi se deu em função do anúncio feito pelo ministro da Fazenda, **Fernando Haddad** de que iria cumprir rigorosamente a meta de zerar o déficit em 2024.

Já há reação fortes às restrições orçamentárias para o ano que vem. Os servidores públicos federais, por exemplo, saíram

Jandira: “não foi omissão, foi ação deliberada da cúpula da PM facilitar o atentado golpista”

A deputada **Jandira Feghali** (PCdoB-RJ), em sua fala na CPI do Golpe, nesta terça-feira (29), acusou o alto comando da PM do Distrito Federal de ação deliberada no dia 8 de janeiro de facilitar as invasões golpistas nos prédios dos Três Poderes.

A sessão desta terça-feira tentou ouvir o depoimento do ex-comandante da PM do DF, coronel **Fábio Augusto Vieira**. Mas o policial militar ficou em silêncio e não respondeu às perguntas dos parlamentares.

“Nós estamos diante aqui de algo que, na minha opinião, e eu tenho o direito de supor, aqui na CPI, já que nós estamos investigando, de que não houve omissão da Polícia Militar do DF, houve uma ação deliberada dolosa para facilitar o golpe”, chamou a atenção **Jandira**, líder da bancada do PCdoB na Câmara.

país. A sociedade brasileira vai descobrir com o tempo”.

A cerimônia foi pelos 18 anos do Agroamigo e dos 25 anos do CrediAmigo, em Fortaleza. “O microcrédito é um dos instrumentos mais eficientes para fazer o dinheiro circular e a economia acelerar”, afirmou Lula. “Nosso compromisso com a oferta de crédito para os pequenos e médios empreendedores e agricultores rurais vai reduzir as desigualdades e distribuir riquezas”, acrescentou. Na sexta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o PIB brasileiro cresceu 0,9% no segundo trimestre de 2023.

Ele insistiu no crédito mais barato e defendeu os bancos públicos. “A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Basa e o BNB e mais o BNDES só têm sentido existir se for para fazer as coisas diferente do que fazem os bancos privados”, argumentou Lula. “Se for para fazer igual não precisa existir”, destacou.

“O BNDES tem que ter muito dinheiro, e nós sabemos que ele ainda não tem a quantidade que precisa, para investir no desenvolvimento industrial, para investir na nossa energia que vai ser produzida nesse país, para investir muito no hidrogênio verde, na energia solar, na energia eólica, na mudança da nossa matriz energética, que é o que o mundo espera”, prosseguiu o presidente.

“Não há necessidade de zerar déficit. Temos que estimular o crescimento”, diz Gleisi Hoffmann

Moraes Mariz/Senado



Gleisi, a presidente do PT

furiosos da última reunião com representantes do governo federal onde foi apresentada uma proposta de reposição salarial de apenas 1% em 2024. Os cerca de 1,2 milhão de servidores, que ficaram com os salários congelados por sete anos falam em perdas superiores a 30%.

Também nesta semana teve início um movimento de protesto de centenas de municípios brasileiros contra a redução de repasses federais. Eles estão paralisando suas atividades por 24 horas neste dia 30 de agosto para denunciar a situação de penúria em que se encontram 51 dos municípios brasileiros. São prefeituras de pelo menos 16 estados que realizam os protestos, segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Jandira: “não foi omissão, foi ação deliberada da cúpula da PM facilitar o atentado golpista”

“Foi essa a ação, não foi uma omissão. Foi uma ação deliberada dolosa do seu comando, do seu comando – não estou falando da corporação; a corporação segue ordens -, do comando da Polícia Militar para facilitar o atentado golpista que aqui houve. E tentar já é o crime. É desse crime que o coronel Fábio está acusado: de tentar dar o golpe de Estado. Então, tentar já é crime.”

“E eu gostaria aqui de claramente sustentar o que eu estou afirmando aqui de que foi uma ação deliberada dolosa do comando da PM, não do seu corpo funcional, porque o coronel Fábio, o Casimiro, os que estão presos, os 5 coronéis presos, mais o major e mais o tenente Rafael, porque tem o major Flávio Silveira e o Tenente Rafael, todos eles estavam nos grupos, onde todas as mensagens eram atravessadas”.

“Mais Inovação Brasil”: R\$ 60 bi para a reconstrução da indústria

Recursos do MCTI e BNDES integram os R\$ 106 bilhões anunciados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial para retomada do setor

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, vice-presidente Geraldo Alckmin, e a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, anunciaram nesta quinta-feira (31) o programa “Mais Inovação Brasil”, que contará com investimento de R\$ 60 bilhões para financiamento da inovação do setor industrial brasileiro.

Ao todo serão disponibilizados para investimentos em pesquisa e desenvolvimento R\$ 60 bilhões, que incluem recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos integram os R\$ 106 bilhões anunciados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, em julho, para a nova política industrial brasileira pelos próximos quatro anos.

Desse montante, R\$ 16 bilhões serão distribuídos por editais e não precisarão ser devolvidos. Para os valores concedidos como financiamento, o prazo de pagamento é de 16 anos, com possibilidade de até quatro anos de carência. “E o menor juro da história. Juro nominal de 4%”, enfatizou Geraldo Alckmin.

“Precisamos de recurso e crédito compatíveis para inovação. O programa vai dar um grande impulso para alavancar a indústria”, destacou o vice-presidente da indústria para o desenvolvimento do país.

O anúncio foi realizado durante seminário sobre inovação e desenvolvimento tecnológico promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que contou com a participação de Alckmin, juntamente com a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, do diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, e do presidente da Finep, Celso Pansera, além do presidente da entidade, Josué Gomes.

Chamado Mais Inovação Brasil, o programa vai disponibilizar para os próximos quatro anos, R\$ 20 bilhões, que serão provenientes de linha de crédito do BNDES tendo por juros a Taxa de Referência (TR), conforme aprovado em reunião do Conselho Monetário Nacional, na semana passada. Outros R\$ 40 bilhões estarão a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), da Finep — R\$ 20 bilhões em crédito pela TR e outros R\$ 20 bilhões de financiamento não reembolsável.

“O Mais Inovação Brasil combina uma série de instrumentos de apoio para as empresas”, explicou a ministra Luciana Santos durante o lançamento do programa na Fiesp.

A ministra destacou a importância do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) como instrumento de apoio para o Programa Mais Inovação Brasil. “Vamos apoiar projetos de alto risco tecnológico por meio de subvenção econômica em valores nunca antes operados e fortalecer a tão necessária integração das empresas com as universidades da ciência, tecnologia e inovação”, afirmou Luciana durante o evento.

Luciana Santos também destacou o potencial da parceria entre BNDES e Finep: “Esta é uma oportunidade histórica de apoio à ciência e tecnologia para transformação social através de uma economia mais inovadora. Com esta ação conjunta, será possível contar com uma indústria pujante, intensiva em tecnologia e inovação, o que gera demanda por qualificação para os trabalhadores e melhores oportunidades de emprego”.

PILAR PARA RECONSTRUÇÃO DA INDÚSTRIA

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, elogiou a iniciativa de fortalecer e modernizar o parque industrial brasileiro e disse que a indústria será a locomotiva que puxará o crescimento nacional, com equidade e justiça social. Para Josué, o Brasil tem condições de voltar

a figurar entre as primeiras oito economias do mundo.

“A indústria de transformação tem um papel importantíssimo para isso. É a combinação da Reforma Tributária com a depreciação imediata, do Plano Produção (o equivalente ao Plano Safra para a indústria) e este plano de financiamento para a inovação, em condições e prazos adequados, serão os pilares sobre os quais reconstruiremos a indústria no Brasil e poderemos ter desenvolvimento muito acelerado”, pontuou Josué.

“Sem inovação e adequados instrumentos de financiamento à inovação, a indústria de transformação que, infelizmente, no Brasil, tem perdido espaço ao longo de quatro décadas, perderia ainda mais”, sentenciou o anfitrião Josué Gomes.

“Nesse trabalho de reconstrução dos pilares capazes de sustentar um desenvolvimento harmônico com justiça social, o que estará sendo apresentado hoje pelo governo federal é altamente relevante”.

As condições de crédito diferenciadas a serem oferecidas para o programa são taxas de juros a partir de TR (cerca de 2%) + 2% (spread), prazo de pagamento de até 16 anos, com até 4 anos de carência e apoio de até 100% dos itens financiáveis. E já estarão disponíveis a partir de setembro.

São elegíveis para o programa:

- 1) investimento e gasto em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI), abarcados pela política industrial;
- 2) investimento e gasto em PDI que são objetivos das políticas nacionais de meio ambiente, mudança do clima, resíduos sólidos, recursos hídricos do novo PAC;
- 3) investimento em plantas industriais com processo não existente no Brasil ou que tenham como objetivo a produção de bens ou insumos não fabricados no país ou cuja fabricação seja realizada ainda de forma incipiente;
- 4) difusão tecnológica, que inclui aquisição de máquinas e equipamentos com tecnologias inovadoras, aquisição de bens de informática e automação, abarcadas pela lei de inovação;
- 5) contratação de serviços tecnológicos;
- 6) apoio à transformação ao ambiente digital e os parques tecnológicos, aceleradoras e incubadoras de empresas.

PRIORIDADE DE OPERAÇÃO DIRETA

“Nós, do BNDES, temos o objetivo de fazer a maior parte das operações de forma direta. O nosso foco é dar prioridade a projetos inovadores e plantas pioneiras nas operações diretas”, resumiu Nelson Barbosa. Ele ressaltou que também é prioridade o processo de digitalização das operações de micro, pequenas e médias empresas.

Barbosa apontou a importância do programa: “Industrialização e inovação andam juntas. A indústria para ser sustentável tem que se renovar o tempo todo e é necessário ter uma política de inovação”. O diretor reforçou a retomada do papel do Banco na inovação: “O BNDES voltou a apoiar a inovação em parceria com a Finep, para que as linhas possam ser melhor utilizadas, não haja competição de recursos, e as ações sejam coordenadas com as políticas do MCTI”.

Barbosa explicou ainda que o BNDES fará a maior parte das operações de forma direta, com foco em projetos inovadores e plantas pioneiras. Na atuação indireta, por meio de agentes financeiros credenciados, será priorizado o processo de difusão tecnológica e digitalização de micro, pequenas e médias empresas. Dirigindo-se aos empresários, o diretor declarou que o BNDES está aberto à inovação: “Habilitem-se e apresentem propostas. Estamos prontos para receber os projetos”.



Luciana Santos, Geraldo Alckmin, Josué Gomes e Nelson Barbosa na Fiesp



Slides do governo de SP são utilizados no lugar dos livros didáticos

Material didático de Feder diz que capital paulista tem praia e Dom Pedro II assinou a Lei Áurea

O material digital produzido pelo governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) para ser aplicado em salas de aula de 5 mil escolas estaduais de São Paulo apresenta erros de conteúdo, sobretudo nas disciplinas de História e Biologia. Os registros foram obtidos pelo portal UOL e divulgados nesta quinta-feira (31).

Um dos slides para alunos do 8º ano do ensino fundamental “ensina” que Dom Pedro II, não a Princesa Isabel, teria assinado a Lei Áurea, em 1888.

Em outra imagem, de um conteúdo voltado aos estudantes do 9º ano, o material do governo paulista diz que a cidade de São Paulo tem praias. O erro está em uma aula referente à passagem de Jânio Quadros pela prefeitura, entre 1953 e 1955, não em 1961, como alega o slide.

Outro slide do material digital de biologia para o 7º ano do Ensino Fundamental, afirma que a água pode transmitir Parkinson, Alzheimer e depressão, caso a mesma esteja contaminada por mercúrio, agrotóxicos, remédios e produtos químicos em geral.

“Além da ingestão de metais pesados, como mercúrio, agrotóxicos, remédios e produtos químicos em geral, que podem causar doenças neurodegenerativas, como Parkinson e Alzheimer, perda de concentração e deficiência de memória, além de problemas cognitivos, depressão e transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH)”, afirma o texto, cujo título é “Transmissão de doenças através da água”.

Os slides com erros de informação fazem parte de um material 100% digital produzido pela secretaria para aplicação nas 5300 es-

colas do estado. Em abril, quando foi lançado, 1400 aulas de formação já estavam disponíveis no sistema como forma de complemento à rotina escolar. Hoje, são mais de 6000 aulas prontas.

A ideia da Secretaria da Educação nos últimos meses, comandada por Renato Feder, era que o material virtual fosse a única fonte didática para as escolas paulistas — o que, na tese do governador, “aprofundaria o conteúdo”.

No entanto, a investida não se sustentou. O governo paulista recuou da resistência sobre os livros impressos e foi obrigado pela Justiça a manter os 10 milhões de livros do MEC na grade curricular.

A Secretaria da Educação reconheceu os erros e disse que “todas as observações levantadas pela reportagem a respeito das aulas mencionadas foram retificadas e atualizadas”.

Datafolha: 72% dos paulistanos não decidiram voto para Prefeitura e 68% rejeitam indicado por Bolsonaro

Nova pesquisa do Datafolha mostra que, a um ano da eleição, 72% dos paulistanos não têm candidato definido para a Prefeitura de São Paulo.

A pesquisa mostra ainda que 68% dos eleitores pretendem rejeitar qualquer candidato indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à cidade.

Na pesquisa espontânea, sem que sejam citados nomes dos eventuais candidatos, 72% dizem não ter candidato e 7% indicam querer anular ou votar em branco. O candidato Guilherme Boulos (Psol) tem 8%, o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), tem 4%, e o líder do MBL, Kim Kataguiri pontua com 1%. Os eleitores apontam ainda que o “candidato do PT”, que a princípio não deverá existir, tem 2%, e “o prefeito”, sem ter o nome

especificado, outros 2%.

Na pesquisa estimulada, onde uma lista é apresentada aos entrevistados, Guilherme Boulos (Psol) assume a dianteira entre os prováveis candidatos, com 32%. O atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), marca 24%, sendo seguido em terceiro lugar por Tabata Amaral (PSB, 11%) e Kim Kataguiri (União Brasil, 8%). Vinicius Poit, do Novo, aparece com 2%. Brancos e Nulos somam 18%, 5% não souberam indicar seu nome preferido.

REJEIÇÃO A BOLSONARO

A pesquisa indica que 68% dos eleitores paulistanos pretendem rejeitar o candidato que for indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O Datafolha também questionou os eleitores sobre a opinião

em relação aos candidatos que serão indicados pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e presidente Lula (PT).

Segundo a pesquisa, 46% dizem rejeitar o candidato do governador, enquanto 37% afirmam que não pretendem votar no indicado por Lula.

O Datafolha também divulgou o percentual de eleitores que afirmaram que com certeza votariam em um candidato indicado por Bolsonaro, Tarcísio ou Lula.

Veja os números a seguir: Bolsonaro, 13%; Tarcísio, 15% e Lula, 23%.

A pesquisa ouviu 1.092 eleitores na cidade de São Paulo entre terça-feira (29) e quarta-feira (30). Segundo o instituto, a margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.



Objetivo dos partidos é construir as candidaturas democráticas

Direitos Já! propõe frente ampla para vencer bolsonarismo nas eleições de 2024

O movimento Direitos Já! está construindo uma plataforma de debates para união dos candidatos do campo democrático nas pequenas e médias cidades, visando impedir a vitória do bolsonarismo nas eleições municipais de 2024.

A Hora do Povo conversou com o coordenador do movimento, o sociólogo Fernando Guimarães, sobre a proposta de unidade nas eleições municipais. O Direitos Já! — Fórum pela Democracia foi um espaço fundamental para a construção, desde 2019, da frente ampla que derrotou Jair Bolsonaro e elegeu Lula em 2022.

A estratégia que está sendo elaborada tem como foco as cidades onde não há disputa de segundo turno, ou seja, aquelas com menos de 200 mil eleitores, e que têm como favorito na disputa pela Prefeitura um candidato de extrema direita.

“Nessas cidades, se o campo democrático não se unir, o risco de um candidato de extrema-direita vencer é grande. É necessário que a disputa [contra a extrema-direita] se dê na largada, já com a frente ampla constituída, porque não haverá outra oportunidade”, apontou o coordenador do grupo.

“Vamos mapear cada cidade, com a ajuda dos partidos, onde o candidato favorito é um negacionista, que apoiou o 8 de janeiro, que não tem compromisso com a democracia e que coloca em risco a vida das pessoas”, explicou.

Em seguida, serão abertas discussões para que o candidato do campo democrático com maior chance de derrotar o bolsonarismo seja apoiado pelo restante dos partidos. A frente ampla, dessa forma, somará suas forças para impedir a vitória da extrema-direita, disse.

“Vamos encontrar um formato para poder compor mesas nos Estados e construir o entendimento de cada cidade em risco”, detalhou Fernando Guimarães.

Já nas cidades “onde a disputa for entre democratas, segue o jogo normal”, pontuou.

ESTRATÉGIA BEM RECEBIDA

Onze partidos participaram da última reunião, sendo eles PT, MDB, PSB, PSD, PSD, Rede, PDT, PCdoB, PV, Cidadania e Podemos, mas outros poderão se somar à unidade que está sendo construída, como Psol, União Brasil, Avante e Solidariedade.

Os líderes partidários, conforme contou Guimarães, “receberam bem” a proposta do Direitos Já! e agora vão discutir internamente a adesão à estratégia. “Nas próximas semanas, vamos retomar essa conversa com os partidos para construir um mapa que permita a identificação” dos municípios que serão prioridade na construção da unidade.

Fernando Guimarães contou que a estratégia foi traçada tendo como prioridade as cidades pequenas e médias porque nos municípios onde há disputa de segundo turno a “frente ampla naturalmente se constrói pelo compromisso das forças democráticas”.

Nas grandes cidades, portanto, “você pode ter no primeiro turno mais do que um candidato do campo democrático” sem que isso facilite o caminho dos bolsonaristas.

A avaliação do movimento é que o grupo de Jair Bolsonaro vai tentar “com mais gana” vencer as eleições nas pequenas e médias cidades, já que naquelas onde há segundo turno existe “uma composição natural da frente ampla, como nas últimas eleições”.

FRENTE AMPLA É UM IMPERATIVO HISTÓRICO

Para o sociólogo, a frente ampla continua sendo um “imperativo histórico” mesmo depois da vitória de Lula sobre Bolsonaro, uma vez que a extrema-direita, ou o bolsonarismo — ou, mesmo, fascismo —, conseguiu se enraizar nas “Câmaras Municipais, em espaços de poder e diversas instâncias da sociedade”.

“Se a gente permitir o avanço das eleições municipais, acaba se naturalizando essa visão autoritária que coloca em risco a democracia”, avalia.

Fernando Guimarães destacou que a margem apertada sobre a qual Lula venceu Bolsonaro em outubro de 2022 demonstra “a importância que teve a frente ampla” e cada um de seus componentes.

Lula teve somente 2,1 milhões de votos a mais do que Bolsonaro, o que representa uma vantagem de 1,8 ponto percentual — a menor desde a redemocratização.

“A vitória que Lula teve não pode ser atribuída somente à esquerda ou ao centro. É uma vitória que a gente deve atribuir ao eleitor de direita e conservador, que preferiu votar num candidato apresentado pelo setor progressista do que permitir a reeleição de um fascista”, afirmou o coordenador do Direitos Já!.

PEDRO BIANCO

Pacto com a Folha contra as desigualdades, sem mexer um tiquinho com o imperialismo

As Centrais Sindicais, convidadas pelo patrocinador do pacto, o tradicional jornal “Folha de São Paulo”, apresentaram suas propostas para acabar ou, pelo menos, diminuir as desigualdades no Brasil.

De fato, é super urgente. Em 2022, os cinco maiores bancos brasileiros lucraram R\$ 107 bilhões. Outros mais de R\$ 100 bilhões, em 2021, e assim por diante, e assim para trás também. Nos últimos 12 meses, o Tesouro pagou R\$ 660 bilhões de juros a quem vive de renda, além dos banqueiros nacionais e estrangeiros (a maioria). Mais que os orçamentos somados dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação.

A política econômica “moderna” foi a responsável por esta incrível ganância. A taxa de juros no Brasil, desde fevereiro, é 13,75% (caiu um bocadinho, 0,5%, no último mês). Como funciona? O Banco Central consulta os banqueiros, e, respaldado em sua autonomia (em relação ao povo, é claro), decreta a taxa de juros, o que, em tese, manteria baixa a inflação de demanda – o que não ficou provado, porque não existe, no momento, inflação de demanda. O mais importante: os juros siderais atrairiam o capital externo, “fonte inesgotável de investimentos”.

Só que deu ruim. Os estrangeiros, ao invés de instalarem indústrias, compraram empresas nacionais em operação. De uma parte, simplesmente fecharam as portas ou as tornaram importadoras de componentes (e ainda racharam os custos com o BNDES). O despojado câmbio livre permitiu que “os investidores” saíssem do Brasil montados na grana. O efeito colateral foi que esse desprendimento derrubou a participação da indústria no PIB, nos últimos 40 anos, de 30% para 10% do PIB. O Brasil passou a curtir as delícias da vida rural e adentrou na era do futuro de país agroexportador. Só que, antigamente, pelo menos, a oligarquia do café era brasileira.

A destruição da indústria empurrou 60 milhões de trabalhadores para a informalidade. Destes, 30 milhões estão passando fome. O Estado gastou tudo que tinha, pagando juros e amortizações. A economista Maria Lucia Fattorelli calcula que esse gasto foi de 47% do orçamento. Os sistemas de saúde e de educação estão completamente sucateados. A concentração de renda aumentou vertiginosamente. O fato é que, segundo a ONU, o Brasil tem a 2ª maior concentração de renda do mundo: 1% mais ricos concentram 28,3% de toda renda do país.

Outro fator de concentração de renda: o ministro Fernando Haddad está fixado em déficit zero, quando a própria oposição admite o déficit durante os quatro anos de governo – e, ao mesmo tempo, dá zero de reajuste para os servidores, que preparam greve contra o arrocho. Pior é comemorar, com estardalhaço, “o grande feito” de aprovar um teto de gastos, mas micro flexibilidade.

Os 10 pontos apresentados pela CUT, no lançamento do Pacto, mostram uma identidade com as melhores práticas americanas e europeias, como se dizia na OIT (Organização Internacional do Trabalho). Começa pedindo o que já tem: lei de valorização do salário mínimo, com base no crescimento do PIB e, em segundo lugar, o salário igual para trabalho igual. Para, a seguir, pedir apoio nas negociações (esse item, não entendi).

PROPOSTAS APRESENTADAS

Em documento assinado pela CUT e as demais centrais, as entidades destacam 10 iniciativas fundamentais para diminuir as diferenças no país, entre as quais, a manutenção da Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo; a inclusão de cláusulas com regras e políticas que assegurem o princípio de trabalho igual, salário igual para mulheres população negra e pessoas com deficiência nos Acordos e nas Convenções Coletivas de Trabalho por meio das negociações; e a promoção de ação que amplie a proteção trabalhista e previdenciária.

Aumentar o salário mínimo com base no crescimento do PIB é alvissareiro. Distribuir o crescimento econômico é ótimo. Só que há 40 anos o crescimento é pífo, cerca de 2% ao ano e empacou, de 2014 para cá. Vai distribuir o quê? As exceções são os dois primeiros governos Lula, quando houve um crescimento mais significativo.

Seria bom dialogar com outras picadas abertas por nossos antecessores e reivindicar um salário mínimo um pouco mais robusto que os R\$ 1.320,00 atuais. Getúlio Vargas, por exemplo, em 1938, decretou o salário mínimo capaz de sustentar uma família de quatro pessoas. Segundo o DIEESE, cerca de R\$ 6 mil. Aumentaria a demanda para a indústria de transformação, que está com 30% de capacidade ociosa. Os custos de produção para esses novos consumidores são bem menores porque o empresário já tem as máquinas e as instalações. Além do que, existem as inovações tecnológicas para correr atrás.

Bom mesmo é o PAC, o investimento público, o SUS se fortalecendo, a valorização da pesquisa científica, o reajuste do Bolsa Família, correção da tabela do Imposto de Renda, retomar as obras paradas, apoiar as empresas nacionais com as compras do Estado, que o nosso presidente já vem fazendo.

Então, um viva ao Presidente Lula.

CARLOS PEREIRA

TST suspende plano de demissões feito por privatistas na Eletrobrás

STIU-DF



Oposição pede cancelamento do contrato de consultoria para privatização da Sabesp

O deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL-SP) moveu uma ação popular pedindo o cancelamento do contrato entre o governo de São Paulo e o IFC (International Finance Corporation), agência do Banco Mundial que preparou os modelos de privatização da Sabesp, informou a Folha de São Paulo nesta quinta-feira (31).

O deputado, que integra a frente Parlamentar contra a privatização da companhia na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), aponta conflito de interesse do IFC, o que motivou a medida. A instituição é uma das credoras da Sabesp, que tem que desembolsar cerca de R\$ 2 bilhões à consultoria.

No final de julho, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) aprovou um dos quatro formatos indicados pela entidade. Ele comunicou que o governo venderá ações da companhia no mercado no modelo follow-on. E o processo pelo qual uma empresa passa toda vez que fizer uma nova oferta de ações após já ter realizado sua oferta pública inicial (IPO), até diminuir o controle. Atualmente, o Estado possui 50,3% de participação nos ativos da estatal.

O contrato de R\$ 45 milhões foi assinado sem licitação e não foi informado à equipe de funcionários do IFC que faria o estudo. Também não se sabe se outras consultorias similares foram procuradas para que pudessem realizar o mesmo estudo e nem potenciais valores cobrados no mercado.

O IFC se tornou em 2023, de forma indireta, a consultoria oficial do governo Tarcísio de Freitas para estudos de privatização, enchendo as burras de dinheiro público. Além dos R\$ 45 milhões da Sabesp, a entidade vai engordar suas contas nos próximos meses com R\$ 71 milhões da CPTM, R\$ 62 milhões do Metrô e um conjunto de R\$ 90 milhões em

novas rodadas de concessões no setor de mobilidade — todos sem licitação.

A referida consultoria já é íntima do governador. Em 2021, quando Tarcísio era ministro da Infraestrutura, a pasta chegou a contratar os serviços do IFC para estruturar a concessão do corredor ferroviário Leste-Oeste, ligando o Mato Grosso a Bahia. “Vício na escolha”.

“Torna-se evidente que houve vício na escolha da IFC como entidade responsável pela condução do processo de privatização da Sabesp, tendo em vista o conflito de interesses manifestamente presente na relação financeira preexistente entre as partes”, sustenta o deputado na ação.

Em nota à Folha, a Secretaria de Parcerias em Investimentos disse que “cumprir todos os requisitos previstos na Lei 8.666/93 para a contratação da International Finance Corporation (IFC)”.

A consultoria de Tarcísio já foi alvo de outras interações na esfera parlamentar. Em abril último, o deputado Luiz Fernando Teixeira (PT-SP) protocolou na Alesp mais um requerimento questionando os contratos do governo Tarcísio de Freitas com o IFC. Outras medidas nessa direção também foram aplicadas por deputados da oposição ao governo do bolsonarista Tarcísio de Freitas.

O governador tem pressa em entregar a Sabesp ao capital privado. A intenção é aprovar na Assembleia Legislativa até o fim deste ano, a autorização para privatizar a empresa, segundo a secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. A gestão trabalha com um calendário que permitiria a finalização da venda até meados de 2024.

A resistência à privatização da Sabesp e de outras empresas públicas pelo governo de São Paulo já ultrapassou os limites da Alesp. Ato público vem

sendo realizados em diferentes municípios e também na capital, organizados por sindicatos e outros movimentos sociais.

No dia 5 de setembro será realizado na Quadra do Sindicato dos Bancários, em São Paulo, o ato de lançamento de um plebiscito popular que quer ouvir a população acerca das privatizações. A iniciativa reúne categorias de trabalhadores e centrais sindicais que se opõem às privatizações.

“Nos estamos fazendo uma campanha conjunta contra a privatização do Metrô, da CPTM e da Sabesp. E parte dessa campanha é a gente vir aqui nas estações de trem e Metrô conversar com os usuários desses serviços públicos e falar sobre o impacto da privatização na vida deles”, explica a presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Camila Lisboa.

“O próximo passo dessa mobilização, dessa luta, dessa campanha é o ato de lançamento do plebiscito popular. Nós queremos fazer um plebiscito com toda a população do estado de São Paulo perguntando se as pessoas concordam com a privatização do Metrô, da CPTM e da Sabesp”, completou Camila ao Brasil de Fato.

“Nos achamos que é importante a unidade dessas categorias no diálogo com a população, na disputa da narrativa com o governo do estado, que quer entregar esses patrimônios públicos à iniciativa privada, na lógica do lucro”, disse Rene Vicente, trabalhador da Sabesp.

No nosso caso específico, que é a luta dos trabalhadores da Sabesp, a maior companhia de saneamento básico do Brasil e uma das maiores da América Latina, ele [governador Tarcísio de Freitas] quer entregar uma empresa que só no ano de 2022 teve um lucro de R\$3,1 bilhões. E ele quer entregar essa empresa para a iniciativa privada”, criticou Vicente.

Decisão do TST suspende plano de demissão que afetaria 1.574 funcionários da empresa

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu por 15 dias o Plano de Demissão Voluntária (PDV) que estava em andamento na Eletrobrás.

A decisão, proferida na noite de sexta-feira (1º) pelo ministro Alexandre Agra Belmonte, atende pedido da Fenatema (Federação Nacional dos Trabalhadores em Água, Energia e Meio Ambiente). Ainda cabe recurso.

O PDV é o segundo promovido pela empresa desde a sua privatização em 2022. No primeiro PDV cerca de 2.500 trabalhadores foram demitidos. No PDV agora suspenso, a direção da empresa pretendia demitir até 1.574 funcionários.

“Entendo prudente determinar a suspensão do feito por 15 dias, e igualmente determinar a suspensão dos desligamentos de todos os que aderiram ao PDV 2023 cuja homologação ainda não foi feita, bem como a suspensão das datas-limites do PDV 2023, sob pena de multa de R\$ 1.000 por cada trabalhador nesta situação em que a suspensão não seja respeitada, a partir da ciência desta decisão”, afirma o ministro Belmonte, relator do processo.

A decisão do TST se dá logo após pedido do Ministério das Minas e Energia à

Eletrobrás no mesmo sentido. Esta semana, o ministério enviou o segundo ofício à empresa pedindo a suspensão das demissões, o primeiro foi enviado logo depois do apagão, em 15 de agosto, que deixou sem energia 25 estados e o Distrito Federal.

O ofício do Ministério foi, inclusive, anexado ao processo e citado por Agra Belmonte em sua decisão, ao escrever que o ministro Alexandre Silveira, “explicitamente demonstra preocupação com os planos de ação da empresa e os desligamentos, ante o risco de novos apagões ou panes no sistema”.

A Fenatema entrou com a ação pedindo a suspensão das demissões em 20 de julho, temendo os riscos para a operação da empresa e para a população diante do afastamento de tantos profissionais experientes e com alta capacitação técnica.

“O alerta se concretizou com o apagão do dia 15 de agosto, e o relator foi sensível à questão”, afirma o advogado da Fenatema, Marcus Neves, sobre a decisão do TST.

O ministro Agra Belmonte destaca que, antes da decisão, tentou de diferentes formas obter uma negociação para o caso, mas que a Eletrobrás não se manifestou e manteve o cronograma do PDV.

Entregadores consideram proposta feita por plataformas “uma falta de respeito” e lançam indicativo de greve

Sindicatos e associações que representam os trabalhadores por aplicativo lançaram um “Alerta Nacional”, com indicativo de greve, após rejeitarem as propostas apresentadas pelos representantes das empresas na Reunião de Trabalho mediada pelo governo para regulamentação da categoria.

A reunião, com o apoio das centrais sindicais, aconteceu na última terça-feira (29) na sede do Ministério do Trabalho e Emprego, após 120 dias de negociações com representantes das empresas de aplicativo.

As propostas apresentadas pelos representantes dos aplicativos – AMOBITEC (IFOOD, UBER, Lalamove, Zé Delivery, 99, Amazon) e MID (LOGGI, RAPPI, Mercado Livre, Move, Americanas e outros) – foram consideradas pelos sindicalistas como “um absurdo e uma falta de respeito”.

Diante do resultado do encontro, os representantes dos trabalhadores deram o prazo até 12 de setembro para que as empresas apresentem uma nova proposta para a regulamentação e remuneração da categoria.

“Caso nessa data [12 de setembro] não ocorra negociação satisfatória que defina valorização, dignidade, segurança no trabalho e remuneração decente, a categoria e suas representações convocarão uma paralisação nacional”, diz a nota das entidades.

“Nos retiramos do Grupo de Trabalho para construção de proposta de convenção de acordo entre os trabalhadores em aplicativos e o governo, porque os patrões não avançaram em absolutamente nada. É impossível não ter esse acordo, em vista que os trabalhadores em aplicativos são os mais precarizados, estão na ponta dos piores serviços, das piores condições, de roubos, de acidente de trabalho, de assédio moral, etc. Não conseguimos avançar por conta da intransigência patronal sem um acordo mínimo para garantir os mínimos direitos

para esses trabalhadores”, afirmou o diretor da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Carlos Rogério Nunes, após a reunião.

Segundo ele, a central reitera esse alerta geral da categoria e, se for o caso, a paralisação nacional desses trabalhadores.

REGULAMENTAÇÃO

A questão principal nas reuniões de negociação é sobre o valor mínimo por hora trabalhada. Pontos sobre transparência dos dados e ganhos dos trabalhadores, além de regras impostas pelas empresas sem discussão com os trabalhadores, como exclusão das plataformas sem aviso prévio, por exemplo, também fazem parte da pauta.

Em relação à remuneração, as propostas apresentadas pelos representantes das empresas estão abaixo do que pedem os trabalhadores de transporte.

“A gente pretende chegar em um valor bom para o motorista, longe desses R\$ 21 propostos pela Amobitec e dos R\$ 17 propostos pela MID. Hoje, na prática, as plataformas já pagam em torno de R\$ 25 a R\$ 30 a hora”, disse a presidente do Sindicato dos Motoristas de Transporte Individual por Aplicativo do Rio Grande do Sul (Simtrapli-RS), Carina Trindade.

No dia 14 de agosto foi realizada uma primeira proposta pelas entidades, que foi considerada muito abaixo do que reivindicam os trabalhadores.

No Alerta Nacional divulgado pelas entidades, os trabalhadores também fazem um apelo, clamando “a sociedade a compreender que essa categoria é a mais precarizada e a que mais sofre violência e acidentes no trabalho para atender à população, e não tem o reconhecimento por parte dos seus empregadores”.

O conteúdo dos acordos firmados nas reuniões de trabalho, conforme prometido pelo governo, servirá de subsídio para a criação de legislação de regulamentação desse tipo de trabalho.

STF: maioria valida contribuição assistencial para os sindicatos

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria a favor da contribuição assistencial aos sindicatos, nesta sexta-feira (1º). Até o momento, sete dos onze ministros votaram pela validade da cobrança a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, da contribuição assistencial aos sindicatos prevista em acordo coletivo e aprovada em assembleia.

O julgamento estava paralisado desde abril, por pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Em seu voto favorável à contribuição nesta sessão, Alexandre de Moraes afirmou que “a contribuição assistencial tem por escopo principal custear as negociações coletivas. Logo, se não puder ser cobrada dos trabalhadores não filiados, é previsível que haja decréscimo nesse tipo de arrecadação com repercussão negativa nas negociações coletivas”.

A contribuição assistencial é diferente do imposto sindical, que deixou de ser obrigatório após a Reforma Trabalhista de

2017. Ela é destinada ao custeio de atividades do sindicato, em especial das negociações coletivas.

A não obrigatoriedade do pagamento da contribuição assistencial por todos os trabalhadores foi validada pelo STF, anteriormente, porque os ministros entenderam que, como existia o imposto sindical obrigatório, mesmo para os não sindicalizados, seria inconstitucional a obrigatoriedade de um outro desconto. Com a falta do imposto sindical, os ministros mudaram seu entendimento sobre a questão, e é isso que está sendo votado agora.

Como destacou o ministro Gilmar Mendes, que mudou de posição, há “real perigo de enfraquecimento do sistema sindical como um todo” após a reforma trabalhista. Ele seguiu o voto do ministro Luís Roberto Barroso favorável à contribuição, desde que os trabalhadores possam se opor à cobrança em assembleia.



Níger: multidão ocupa a capital pela saída das tropas francesas



Com o fim da tirania servil, cresce a pressão popular pela saída das tropas francesas

Capos da organização fascista 'Proud Boys' são condenados a 17 e 15 anos por invasão do Capitólio

Joseph Randall Biggs, chefe da organização fascista norte-americana "Proud Boys", um dos cabeçalhas do assalto e invasão do Capitólio pelas hordas trumpistas em 6 de janeiro de 2021 na tentativa de impedir a certificação da vitória democrata nas urnas, foi sentenciado na quinta-feira (31) a 17 anos de cadeia pelo juiz Tim Kelly por conspiração sediciosa e conspiração para obstruir um processo oficial. Conforme a sentença, Biggs e os outros Proud Boys faziam parte de uma "turba que derrubou todo um ramo do governo" em 6 de janeiro.

E a segunda mais longa condenação pela violenta invasão do Congresso dos EUA, que causou espanto ao mundo, com as cenas de trumpistas gritando "enforcem Pence" – o vice que não topou entrar no golpe –, policiais espancados e portas arrombadas, senadores e deputados escondidos no escuro, após a multidão ter sido convocada a Washington por Trump e por ele insuflada.

Stewart Rhodes, capo e fundador dos "Oath Keepers", outra gangue fascista envolvida no ataque, fora anteriormente condenado a 18 anos pelos mesmos crimes. Outro chefe dos "Proud Boys" ["Garotos Orgulhosos"], Zachary Rehl, teve a terceira maior pena, 15 anos.

Promotores argumentaram que Biggs e os outros réus "se posicionaram intencionalmente na vanguarda da violência política neste país" e procuraram mudar o rumo da história norte-americana. Com barras de ferro e sprays químicos, os invasores usaram da força, suplantaram a polícia, invadiram o Congresso dos EUA, ameaçaram jornalistas e congressistas e destruíram muitos objetos de valor histórico. A acusação havia pedido 33 anos de prisão para Biggs. Ele ainda terá de cumprir mais dois anos de liberdade vigiada, após o cumprimento da sentença.

AFINARAM

Na hora de enfrentar a cana, já vestido de macacão laranja de presidiário, o capo dos "soldados de infantaria



Fascistas "Proud Boys" na invasão do Capitólio

da direita" – é assim que os Proud Boys se descreviam – afinou na hora de ouvir a sentença. Alegou que não era um cara mau e insistiu em que lhe dessem a oportunidade de "levar e buscar a filha na escola".

Outro que afinou foi o chefe dos Proud Boys da Filadélfia, Rehl, um ex-marine que disse ter deixado a política "consumir sua vida", fazendo com que perdesse "a noção de quem e o que era mais importante". Disse que o 6 de janeiro havia sido "um dia desprezível". "Cansei de vender mentiras para outras pessoas que não se importam comigo", disse Rehl, ao portal The Hill "fazendo uma pausa no discurso para enxugar as lágrimas e recuperar o fôlego".

Sobre os vínculos de Trump com o bando fascista, não há como ignorar. Ele exortou os Proud Boys a "recuarem e aguardarem" durante o seu primeiro debate com Joe Biden, depois de ter sido solicitado a denunciar os extremistas de direita, como lembraram os promotores.

No julgamento, Rehl testemunhara que ninguém lhe dissera para atacar o Capitólio ou ferir alguém, e asseverava não ter feito essas coisas, de acordo com a Associated Press. Mas no interrogatório, os promotores apresentaram evidências que o mostravam espalhando spray anti-urso em policiais, depois de ter dito que não se lembrava de ter feito isso, comprovando

o perjúrio. Antes do ataque ao Capitólio, Rehl defendeu o uso de "pelotões de fuzilamento" contra "os traidores que estão tentando roubar as eleições", de acordo com as evidências do julgamento. Depois disso, ele disse que o ataque foi um "bom começo", mas que os manifestantes deveriam ter aparecido armados e "[levado] o país de volta do jeito certo". Na quinta-feira, o juiz Kelly chamou essas declarações de "arrepiantes".

Um total de 1.129 pessoas foram acusadas criminalmente pela sua participação no assalto ao Capitólio de 6 de Janeiro, com mais de 600 condenações. Trump foi acusado em dois processos criminais ligados às suas ações após perder as eleições de 2020. Um caso federal em Washington acusa o ex-presidente de conspirar para fraudar o resultado das eleições, culminando no ataque ao Capitólio. O julgamento está marcado para 4 de março.

O advogado de defesa de Rehl, Norman Pattis, que reclamou da pena "excessiva", argumentou que Rehl e outros manifestantes estavam agindo com base nas falsas alegações do ex-presidente Trump de fraude eleitoral. "Eles são culpados de acreditar num presidente que disse que a eleição lhes foi roubada". Ele questionou sobre porque Trump ainda não foi acusado de conspiração sediciosa também



"Estamos começando" diz faixa em Tel Aviv 100 mil em Tel Aviv rechaçam golpe de Netanyahu contra a Corte Suprema israelense

Mais de 100 mil pessoas saíram às ruas de Tel Aviv, pelo 35º sábado consecutivo, para protestar contra o golpe ao Judiciário, através da anulação do Poder Judiciário, que a coalizão fascista e supremacista judaica liderada pelo primeiro-ministro Netanyahu para impor aos israelenses um regime ditatorial e de apartheid.

Em rechaço a este ataque uma ampla frente é forjada nas ruas das cidades israelenses e em marchas como a que levou uma multidão atravessando o país desde Tel Aviv, rumo a Jerusalém, onde dezenas de milhares cercaram o parlamento, Knesset.

Além de Tel Aviv, outras manifestações tiveram lugar nas principais cidades do país, incluindo Jerusalém, em frente à residência de Netanyahu e as já tradicionais marchas na cidade portuária de Haifa.

"Para onde quer que olhemos, a loucura, o fanatismo, o extremismo messiânico... todos estes males doentios estão aumentando", disse no meio da multidão a cientista Shikma Bressler, uma das lideranças do movimento de protesto contra o governo, neste sábado (2).

"A democracia israelense está à beira de virar uma ditadura. A rede de segurança da democracia são vocês e o protesto", disse o ex-ministro da Justiça Avi Nissenkorn, que ocupou o cargo durante um dos mandatos de Netanyahu.

No final do mês passado, foi baixada uma lei que retira o poder da Suprema Corte de apreciar demandas dos cidadãos sobre medidas ou leis consideradas injustas, desmontando a chamada Lei da Razoabilidade. Isso foi mais um passo do Executivo no sentido suprimir direitos e submeter a Justiça. Ou seja, na prática, retira a capacidade do Supremo Tribunal de rever leis e decisões governamentais. Sobre essa questão, o país aguarda uma audiência no dia 12 de setembro, na qual o Tribunal apreciará múltiplos recursos apresentados pela sociedade civil contra esse esbulho de Netanyahu.

Porém, embora o Knesset (Parlamento) esteja atualmente em recesso até meados de outubro, o governo anunciou que pretende avançar com o resto da "reforma."

O movimento de protesto, que reúne grande parte das entidades e partidos de oposição, insiste em que a reforma judicial mina a democracia e tem realizado manifestações semanais desde que a iniciativa foi anunciada em janeiro.

Além desta causa, ao longo do tempo se incorporaram outras reivindicações, como os direitos das mulheres ou dos árabes, que representam 21% da população e enfrentam uma onda de assassinatos sem precedentes.

A tensão cresce à medida que se aproxima o 12 de setembro, data prevista para a realização da audiência de petição pedindo à Corte Suprema que torne inválida por "ausência de razoabilidade" a nova lei aprovada pelo Knesset que inicia o processo de manietação da Corte israelense.

Os atuais ministros empossados por Netanyahu e que resultaram da coalizão do seu partido, o Likud, com as forças fascistas e que têm por bandeira a ampliação da usurpação de terras palestinas, fazem questão de apresentar abertamente sua plataforma segregacionista através de atos e declarações.

Recentemente, o atual ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben Gvir, foi pessoalmente acompanhar a demolição de residências de famílias beduínas no deserto de Neguev, em ostensiva afronta às seculares práticas destes habitantes do deserto, cujo modelo de vida nenhum governo anterior ousou contestar de forma tão eschachada quanto o fez Gvir, que fez questão de declarar, já com as residências no chão, que "eles precisam saber a quem pertence esta terra".

"NÃO SERVIREMOS À DITADURA"

Mais de 200 secundaristas de diversas escolas se reuniram neste domingo (04) no pátio do Ginásio Herzlia, um dos mais prestigiados da cidade, para declarar que se negam a "servir a uma ditadura e à ocupação" (referindo-se a ocupação das tropas israelenses nos territórios da Palestina ocupados desde 1967).

Quando os secundaristas anunciaram o ato, o ministro da Educação, Yoav Kish, pressionou o Conselho Diretor da Escola que acabou cedendo e proibindo o evento na escola.

No entanto, o diretor do Ginásio, Ze'ev Dgannie, não aceitou a decisão, renunciou ao posto e veio ao pátio da escola no domingo, junto com os pais que apoiavam a decisão dos filhos e realizaram a atividade.

A decisão de jovens israelenses de se negarem a servir já ocorreu diversas vezes, no entanto esta é a primeira vez que se anuncia em um ato público dentro de uma escola israelenses. Os que dirigiram o ato em Tel Aviv afirmaram que vão buscar adesão de jovens de outras escolas do país.

Alocados na base militar francesa situada na capital, 1.500 soldados continuam no Níger apesar da solicitação de sua retirada pelo atual governo

Os nigerinos foram às ruas pelo segundo dia consecutivo neste sábado (2) para exigir a imediata saída dos 1.500 soldados franceses que continuam no país. Após a queda do fantoche Mohamed Bazoum, deposto por um levante militar com amplo apoio popular, o clamor das ruas pela retirada das tropas do ex-colonizador tem crescido.

Segundo relatou o canal de televisão Al Arabiya, participantes do protesto em frente à base militar francesa na capital, Niamei, tentaram retirar a bandeira dos invasores e colocar em seu lugar a da nação africana, mas foram impedidos. Bandeiras francesas foram queimadas.

"Os manifestantes reivindicam a expulsão de todas as tropas francesas", assinalou a tv Al Arabiya, esclarecendo que os europeus estão registrando todos os veículos que se aproximam do local, buscando manter um enclave militar.

Integrantes do Conselho Nacional para a Salvaguarda da Pátria depuseram Mohamed Bazoum no dia 26 de julho por "inépcia e contínua deterioração da segurança". Dois dias depois, o general Abdourahmane Tchiani assumiu a presidência interina do país.

"O novo governo anunciou que deixaria de permitir que a França se apropriasse do urânio do Níger e o governo de Tchiani revogou toda a cooperação militar com o país europeu, o que significa que seus soldados terão de começar a fazer as malas – como fizeram nos vizinhos Burquina Faso e Mali", afirmou o historiador, editor e jornalista indiano Vijay Prashad. Segundo

Prashad, é importante lembrar que uma em cada três lâmpadas na França é alimentada pelo urânio proveniente do campo de Arlit, no norte do Níger, o que torna o país uma fonte de riqueza estratégica.

O ministro da Defesa da França, Sébastien Lecornu alegou que a instabilidade de vários países do continente africano, como o Níger, não pode ser atribuída centralmente à presença militar europeia, mas a interesses econômicos de atores externos.

MORTICÍNIO EM RUANDA

Com suas declarações, Lecornu despreza a própria admissão feita em 2021 pelo presidente Emmanuel Macron da "responsabilidade avassaladora" da França no genocídio ocorrido em Ruanda, de abril a julho de 1994. Oficialmente, foram 800 mil mortos em 100 dias, no massacre promovido pela etnia hutu, apoiada na época pelo governo francês. "Só aqueles que conseguiram atravessar a noite podem, talvez, perdoar, nos dar esta dádiva do perdão", discursou Macron no Memorial Gisozi em Kigali, capital de Ruanda, onde estão enterradas 250 mil vítimas da etnia tutsi.

O jornalista indiano Vijay Prashad apontou que "os EUA têm no Níger a maior base de drones do mundo e ela é fundamental para as operações estadunidenses em todo o Sahel" - faixa de 500 a 700 km de largura, e 5.400 km de extensão, entre o deserto do Saara, ao norte, e a savana do Sudão, ao sul; e entre o oceano Atlântico, a oeste, e ao mar Vermelho, a leste.

"As tropas dos EUA foram instruídas, por enquanto, a permanecer na base, e os voos de drones foram suspensos", revelou.

Índia lança a sonda Aditya-L1 em missão para estudar o Sol

Após o recente sucesso do pouso no polo sul da Lua, a Índia lançou neste sábado (2) sua primeira missão espacial para estudar o Sol.

Segundo a Agência Indiana de Pesquisa Espacial (ISRO) a decolagem da sonda Aditya-L1 (Sol, em sânscrito) ocorreu às 11h50 do centro de Sriharikota, no Estado de Andhra Pradesh. O lançamento foi transmitido ao vivo pela Agência em seu site.

O chefe da ISRO, Sreedhara Panicker Somanath, indicou desde o centro de controle espacial que a sonda orbitará a Terra durante 16 dias, para ganhar velocidade gradativamente, antes de seguir em direção ao seu destino final.

O programa prevê colocar um observatório espacial solar em órbita na região do ponto de Lagrange (ou ponto L1), local entre o Sol e a Terra a uma distância de cerca de 1,5 milhão de quilômetros do nosso planeta. A área é uma espécie de 'estacionamento' no espaço onde os objetos tendem a permanecer imóveis devido ao equilíbrio das forças gravitacionais, o que reduz o consumo de combustível das naves. Esses pontos são muito úteis para colocar telescópios ou satélites, pois poucas correções são necessárias para manter a órbita desejada. A nave levará 125 dias para chegar lá.

A missão "proporcionará uma maior vantagem para observar em tempo real as atividades solares e o seu efeito na meteorologia

espacial", detalha a ISRO.

IMPACTO CIENTÍFICO

Espera-se que a sonda forneça informações para compreender o problema do aquecimento da coroa solar, ejeção de massa, atividades pré-erupção e características deste fenômeno, dinâmica do clima espacial, propagação de partículas e campos, etc..

Neste contexto, o astrofísico Somak Raychaudhury, que participou no desenvolvimento de alguns componentes do observatório, disse, citado pela Reuters, que a missão tem capacidade para gerar "um grande impacto em termos científicos" e descreveu o projeto como "muito importante".

"A órbita baixa da Terra foi fortemente contaminada devido ao envolvimento privado de muitas vezes sem controle, portanto, compreender como proteger os satélites será especialmente importante no ambiente espacial atual", disse Rama Rao Nidamanuri, chefe do Departamento de Ciências da Terra e do Espaço do Instituto Indiano de Ciência e Tecnologia Espacial.

A Índia fez seu primeiro pouso lunar no Pólo Sul da Lua em 3 de agosto último. A missão lunar Chandrayaan-3, consiste em um módulo de pouso e um rover. O módulo tem aproximadamente 2 metros de altura e pesa cerca de 1.700 quilos. Espera-se que o Chandrayaan-3 realize uma série de experimentos científicos destinados a estudar a composição mineral do solo lunar.

Candidata à presidência do Equador recebe ameaças de morte e reforça a sua segurança

Vitoriosa no primeiro turno, candidata progressista denuncia clima reinante, defende segurança para todos e convoca equatorianos a responderem nas urnas em 15 de outubro.

A candidata opositorista à presidência do Equador, Luisa González, denunciou nesta sexta-feira (2) ter sido ameaçada de morte e que, pelo clima reinante no país, aceitou receber segurança das Forças Armadas até o segundo turno das eleições, no dia 15 de outubro.

"Hoje recebi ameaças contra a minha vida por ser a candidata com maior probabilidade de ganhar a presidência", declarou a representante do movimento Revolução Cidadã, do ex-presidente Rafael Correa (2007-2017), atualmente exilado político na Bélgica.

De acordo com González, "o Ministério Público está



Luisa González, candidata à Presidência do Equador

investigando uma pessoa, de sobrenome Mansilla, que teria afirmado possuir bombas para atentar contra a minha vida". "Diante disso, tenho que dar uma triste notícia: estou usando colete à prova de balas", assinalou a candidata, ressaltando que os equatorianos voltarão às urnas para "defender a democracia e fazer com que a segurança seja para

todos". Vitoriosa nas urnas em 20 de agosto, Luisa, obteve 33,61% do eleitorado contra 23,47% do direitista Daniel Noboa, filho do bilionário Alvaro, alcançando mais de 10% de diferença, mas não os 40% de votos necessários para definir a disputa já no primeiro turno.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br

O ex-primeiro-ministro italiano Giuliano Amato revela em entrevista ao “La Repubblica”:

“França abateu avião de passageiros ao tentar matar Kadhafi em 1980”



Amato: “Palácio do Eliseu deveria admitir e lavar a vergonha que pesa sobre Paris”

BRICS são capazes de neutralizar as sanções dos EUA, diz Jeffrey Sachs

O grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é capaz de neutralizar as sanções ocidentais, enfatizou Jeffrey Sachs, economista, conselheiro sênior da ONU e ex-diretor do Earth Institute da Universidade de Columbia, em declaração ao portal Sputnik.

“As sanções ocidentais não são muito poderosas quando grande parte do mundo ou a maior parte do mundo se opõe a elas. Os países do BRICS resistem às sanções ocidentais e isto é de grande importância”, destacou Sachs. Para o respeitado economista, essas violam o direito internacional, uma vez que restrições deste tipo só podem ser introduzidas mediante decisão das Nações Unidas.

Sobre a desdolarização, na opinião de Sachs “os BRICS podem criar alternativas viáveis ao dólar”. Neste sentido – previu – “sim, o dólar será destronado como moeda global de domínio esmagador”. Segundo Sachs, a desdolarização é inevitável no longo prazo, dada a participação “cada vez menor dos EUA na economia e no comércio mundial”. Nas suas palavras, à medida que os BRICS aceleram a transição para um sistema multimodas, o papel do dólar americano diminuirá.

O economista asseverou



Jeffrey Sachs é economista norte-americano e conselheiro sênior das Nações Unidas

que a expansão dos BRICS dará ao grupo um papel de liderança na área de minerais estratégicos. “Os investimentos em minerais serão de grande importância nas próximas transformações industriais e energéticas. (...) As nações do BRICS desempenharão um papel de liderança na produção e no comércio global de minerais estratégicos”, disse Sachs.

A futura expansão dos BRICS dará ao grupo “mais influência nas negociações em fóruns internacionais” e também “fortalecerá a OPEP+”,

concluiu Sachs.

A 15ª Cúpula do BRICS, realizada de 22 a 24 de agosto na cidade sul-africana de Joanesburgo, aprovou a incorporação da Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã como novos membros a partir de 1º de janeiro de 2024.

O BRICS representa atualmente mais de 31% do Produto Interno Bruto (PIB) global em paridade de poder de compra e 42% da população mundial. Percentuais que, com a expansão do BRICS passarão para 37% do PIB global e 46% da população mundial.

Crise energética na Europa leva à “recessão profunda na indústria”, admite a Bloomberg

O risco de uma greve na Austrália, o maior produtor mundial de gás natural liquefeito (GNL), marcada para o dia 7 de setembro, foi suficiente para fazer subir os preços em 50%, algo que semanas antes do início da época de aquecimento é preocupante, afirma Bloomberg, no artigo intitulado “Que crise do gás? O melhor amigo da Europa é também o seu pior inimigo”.

No entanto, salienta a Bloomberg, a Europa tem um forte aliado para manter os preços do gás sob controle face aos meses mais frios: uma procura extremamente fraca que o caso da Alemanha ilustra perfeitamente, já que a atividade industrial naquele país abrandou durante 14 meses consecutivos.

“A crise industrial que assola o continente é o melhor antídoto para a escassez de abastecimento de gás”, assinala desinteressadamente a Bloomberg, agência de mídia norte-americana especializada em economia e especulação, numa quase sutil defesa da desindustrialização europeia (claro que em prol da ‘reindustrialização’ norte-americana).

“A Europa está ultrapassando a sua crise energética graças ao impacto que esta crise teve no seu coração industrial”, acrescenta, referindo-se à Alemanha, a maior economia europeia.

É que em todo o continen-



Produção da indústria automotiva alemã também caiu

te, as empresas que consomem elevados níveis de energia foram obrigadas a encerrar ou reduzir a sua produção. Foram especialmente afetadas as indústrias química, metalúrgica, de fertilizantes, vidreira, papel e cerâmica.

Na Alemanha, destacou a Bloomberg, a atividade das empresas com utilização intensiva de energia despencou quase 18% em junho, em comparação com o final de 2020, segundo dados oficiais.

No mesmo mês, a procura de gás industrial também diminuiu 18% em relação ao ano anterior. Em julho, a procura caiu ainda mais, encolhendo 22,9% em relação ao ano anterior, o maior colapso até agora em 2023.

Também é verdade que parte da redução se deve à mudança para combustí-

veis mais poluentes, como o petróleo e o carvão.

“Devido à atividade fabril anêmica e ao consumo de gás inferior ao esperado no setor energético, a Morgan Stanley estima que a procura total de gás na Europa esteja cerca de 15% abaixo da média de cinco anos, mesmo quando ajustada devido ao impacto do clima”, registra a Bloomberg.

Apesar das perspectivas favoráveis para as reservas de combustíveis na Europa, isto seria de pouco consolo para os industriais do continente, admite a Bloomberg, uma vez que os preços da energia aplicada à indústria, naquela região beiram atualmente os 35 euros por megawatt-hora, em comparação com a média de 2010-2020 de 20 euros.



Victor Jara em apresentação durante o governo de Allende (Arquivo)

Assassinos do compositor chileno Victor Jara são presos

Duas semanas antes do 50º aniversário da criminoso derrubada do presidente Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, o Supremo Tribunal do Chile condenou nesta segunda-feira (28) sete militares reformados a até 25 anos de prisão pelo sequestro e assassinato do cantor e compositor Víctor Jara, uma das vozes mais reconhecidas da música popular na América Latina, dias após o golpe de Estado de Augusto Pinochet.

No mesmo caso, os juízes também os condenaram pelo assassinato e sequestro do ex-diretor penitenciário Littré Quiroga, que foi detido com o artista no Estádio Chile, que hoje leva o nome de Víctor Jara, e chegou a encerrar 5 mil detentos.

Os ex-oficiais do Exército Raúl Jofré, Edwin Dimter, Nelson Haase, Ernesto Bethke, Juan Jara e Hernán Chacón deverão pagar 15 anos pelo assassinato de Jara e Quiroga, além de 10 anos por ambos os sequestros, segundo a decisão.

Incompreensivelmente para a maioria da sociedade chilena, os condenados seguem em liberdade o processo que corre há anos. Outro dos acusados como autor material, Pedro Barrientos, precisa ser extraditado dos Estados Unidos.

O brigadeiro reservista Hernán Chacón cometeu suicídio minutos depois da chegada da polícia a sua residência para efetuar a ordem de prisão. Segundo o relato da polícia, o militar pediu que o deixassem subir a seus aposentos para pegar remédios. Chegando ao dormitório ele se matou com um tiro.

Filiado ao Partido Comunista, Jara foi preso, torturado e assassinado com 44 tiros após ser preso na Universidade Técnica do Estado, onde trabalhava como professor. Ele tinha 40 anos. Littré Quiroga era diretor nacional de prisões e também membro do Partido Comunista. Ele recebeu 23 balas.

TORTURAS

Autor de canções como “Eu lembro de você Amanda”, “O direito de viver em paz” ou “Manifesto”, Víctor Jara é considerado um símbolo da Nova Canção Chilena, movimento musical e social da década de 1960 ao início da década de 1970. Seu assassinato foi um dos mais trágicos cometidos pela ditadura (1973-1990), que deixou 3.200 vítimas, entre mortos e desaparecidos. Jara foi cruelmente agredido pelos militares por ser uma figura pública na época. “Foi-lhe aplicada tortura física, sendo os golpes mais severos os que recebeu na região do rosto e nas mãos”, segundo a investigação do juiz Miguel Vázquez.

As agressões “tiveram como principal motivo” a sua atividade artística, cultural e política, “intimamente ligada ao governo recentemente derrubado” do socialista Salvador Allende, acrescenta a sentença. Após três dias de tortura, quando foi ordenada a transferência dos detidos do Estádio do Chile para o Estádio Nacional, Jara e Quiroga foram separados dos outros presos e levados aos vestiários, onde foram mortos.

Em uma impressionante demonstração da barbárie fascista, os corpos de ambos foram jogados na via pública, junto com outros cadáveres. Eles foram identificados pelos moradores e levados ao Instituto Médico Legal, onde o corpo de Jara foi entregue à família, que o enterrou secretamente.

Em dezembro de 2009, 36 anos após sua morte, a justiça chilena ordenou a exumação dos restos mortais do artista, o que permitiu que fosse sepultado em uma cerimônia oficial da qual participou a então presidente do Chile, Michelle Bachelet.

EUA NA TRAMA DO GOLPE

Documentos só agora revelados pelo governo dos Estados Unidos atestam que, além de estimular e financiar o sangrento golpe contra o presidente Salvador Allende, com a participação da CIA, o então presidente Nixon acompanhou de perto o desenrolar do golpe contra o líder popular chileno em 1973.

Dois trechos de relatórios divulgados nos últimos dias, vinculados ao golpe de Estado promovido pelos EUA contra a democracia e a soberania chilena, confirmam que a Casa Branca sabia de antemão os planos para a derrubada de Allende, quando o Palácio de La Moneda foi bombardeado. O material reforça a afirmação do conjunto de documentos já desclassificados com o título de “A opção extrema: derrubar Allende”, que inclui memorandos dos funcionários envolvidos, incluindo o então diretor da CIA, Richard Helms.

O plano dos EUA era “simular exercícios da OTAN envolvendo muitas aeronaves”, durante os quais um míssil seria disparado contra o avião que levava Kadhafi – e passaria como acidente – disse Giuliano Amato. Ao invés, o atingido foi o voo civil da Itavia

Em entrevista ao jornal La Repubblica, no sábado (2), o ex-primeiro-ministro italiano Giuliano Amato revelou que, em 1980, tentativa de matar o líder líbio Muammar Kadhafi, cometida pela França e EUA, resultou na queda de um avião de passageiros italiano na Sicília, o voo 870 da Itavia.

A operação encoberta ocorreu em 27 de junho de 1980, e todos os 81 passageiros e tripulantes morreram. O jato de passageiros DC-9 da Itavia caiu no Mar Tirreno, na costa oeste da Itália, entre as ilhas de Ponza e Ustica, a caminho de Bolonha para Palermo.

“A versão mais credível é sobre a responsabilidade da Força Aérea Francesa com a cumplicidade dos norte-americanos e daqueles que participaram na guerra aérea sobre os nossos céus na noite de 27 de junho”, disse Amato.

“Foi lançado um plano para atingir o avião em que Kadhafi voava”, disse Amato, referindo-se aos relatos de um combate aéreo ocorrido na área entre jatos franceses e líbios no dia em que o avião de passageiros italiano caiu, e aos rumores de que o líder da “Revolução Verde” estava a bordo de um dos jatos MiG da Força Aérea da Líbia.

O plano era “simular exercícios da OTAN envolvendo muitas aeronaves”, durante os quais um míssil teria sido disparado – considerado um acidente – contra o avião que transportava Kadhafi, disse Amato.

No entanto, Kadhafi recebeu um aviso do então primeiro-ministro italiano Bettino Craxi, de acordo com Amato, e nunca embarcou no jato, com o míssil francês supostamente destinado a ele acabando por atingir o avião da Itavia.

Em 2015, o Tribunal de Apelação de Palermo decidiu que o acidente foi causado por um míssil que atingiu o DC-9 e que o míssil foi disparado por outra aeronave que cruzou a rota do avião de passageiros. O tribunal descartou versões anteriormente alegadas sobre uma bomba colocada a bordo do avião civil.

Na sua entrevista no sábado, Amato disse que o Eliseu deveria admitir a sua responsabilidade, para que possa “lavar a vergonha que pesa sobre Paris”.

“Depois de quarenta anos, as vítimas inocentes [do acidente] não receberam justiça. Por que continuar a esconder a verdade? Chegou a hora de lançar luz sobre este terrível segredo de Estado. [O presidente francês Emmanuel] Macron poderia fazê-lo. E a OTAN poderia fazer isso”, disse ele.

Paris e Washington negam há muito tempo qualquer envolvimento na queda do voo 870 da Itavia.

Comentando as alegações de Amato, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, apelou ao político para divulgar quaisquer materiais que possa ter relacionados com o caso.

“Tendo em conta que os materiais relativos à tragédia do DC-9 não são classificados e que as autoridades judiciais e as comissões parlamentares têm feito muito trabalho ao longo de décadas, peço a Amato que perceba se, além das suas conclusões, tem outras elementos que lhe permitam rever as decisões do poder judicial e do parlamento, e possivelmente disponibilizá-las, para que o governo possa tomar todas as medidas possíveis e consistentes”, disse Meloni num comunicado divulgado pelo seu gabinete.

A tentativa de assassinato de Kadhafi ocorreu no final do governo de James Carter; desde 1976, após as investigações da Comissão Church no Congresso dos EUA, havia uma lei proibindo operações de assassinato de líderes estrangeiros. Mas, claro, nada contra o assassinato ocorrer “casualmente”. O que explica a assim chamada “tragédia de Ustica”.

Há uma tentativa mais conhecida, essa já no governo Reagan, de assassinato de Kadhafi. Em 14 de abril de 1986, 33 aviões de guerra norte-americanos bombardearam o local em que o líder líbio trabalhava e morava com a família em Trípoli e, compondo o cenário, também atacaram um quartel e o porto na capital líbia, além do aeroporto de Bengazi.

A filha adotiva de Kadhafi de 15 meses de idade foi morta no ataque e dois de seus filhos menores ficaram feridos. Ao final, 40 líbios mortos e 100 feridos. Kadhafi escapou incólume. Como comentado na época, foi um bombardeio “como não se via desde o Vietnã”.

Julgamento de Trump por ter conspirado para fraudar eleição é marcado para março de 2024

A Justiça norte-americana anunciou nesta segunda-feira (28) que está marcado para 4 de março de 2024 a data do primeiro julgamento do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, pela tentativa de fraudar a eleição de 2020.

“O público tem direito a uma resolução rápida e eficiente desta questão”, determinou a juíza distrital Tanya Chutkan. Trump e comparsas são acusados de conspirar para alterar o resultado da eleição, roubando a vitória de Joe Biden no Colégio Eleitoral. Há mais três processos contra ele na Justiça e ele conseguiu o feito de ser o primeiro ex-presidente dos EUA a se tornar réu.

A data estabelecida frustra a defesa de Trump, que queria o caso julgado apenas em abril de 2026, alegando precisar de tempo para analisar as 12,8 milhões de páginas de provas contra seu cliente.

O procurador especial Jack Smith queria o julgamento em 2 de janeiro de 2024, enquanto a defesa do ex-presidente propôs 17 meses após as eleições do próximo ano. “Definir uma data para o julgamento não depende das obrigações profissionais do acusado, então o senhor Trump terá de

organizar as coisas para essa data”, afirmou a juíza do Tribunal de Distrito dos EUA, Tanya Chutkan, depois de dizer à defesa que um adiamento de dois anos é demais. Na semana passada, Trump foi à prisão do condado de Fulton, perto de Atlanta, onde foi fichado, fotografado e pagou fiança. Aproveitou a foto de cara feia para pedir dinheiro aos seus eleitores. Outros cúmplices, como o ex-prefeito de Nova York, Rudy Giuliani, também passaram pelo “cerimonial” da cadeia. Trump se diz “inocente” e “vítima” de “perseguição política”.

Por coincidência ou não, a data do julgamento será na véspera da chamada “Superterça”, um dia crucial nas primárias norte-americanas, quando está em disputa o maior número de delegados para designação do candidato do partido à presidência. Entre os republicanos, Trump segue disparado na dianteira. Mesmo se condenado, Trump poderá concorrer, já que não existe inegibilidade nos EUA. Caso eleito, poderia tomar posse e até governar da prisão domiciliar. As eleições nos EUA acontecerão em novembro de 2024.

O Brasil deve abandonar sua produção de petróleo e gás?

“É bom lembrar que a Petrobras já perfurou mais de 3 mil poços, sem vazamentos”, argumentam os especialistas em favor da exploração da Margem Equatorial

ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHO*
RONALDO GOMES CARMONA**

Vivemos um momento de transição para uma economia de baixo carbono. Como está o Brasil neste cenário? Alguns defendem o fim da exploração dos hidrocarbonetos em nossas terras. Devemos abraçar essa causa? A quem interessa essa decisão? Em breves palavras, abordamos o problema.

O fato é que a posse ou o acesso em condições favoráveis de fontes de energia continua sendo fator-chave ao desenvolvimento de um país. A energia permanece no topo dos fatores críticos para uma nação ser autônoma e soberana. Mais ainda, está claro que a transição energética tem de ser financiada, assim como deve andar de braços dados com o combate à desigualdade e à fome.

Adicionalmente, lembremos que a guerra na Ucrânia explicitou como a posse de excedentes de energia, ou seu contrário, a dependência de fatores energéticos, converte-se num fator de força ou de vulnerabilidade de uma nação. A Alemanha, por exemplo, coração industrial da Europa, viu explicitada sua fragilidade energética ao revelar a dependência, em 40% de sua matriz energética, de gás proveniente da Rússia. Outros grandes países da Europa vivem problemas similares, ou seja, não são autossuficientes em energia e, portanto, dependem dos grandes produtores de energia, seja ela renovável ou fóssil.

Um primeiro fato a se reconhecer é que há pressão, sobretudo por parte de países europeus, pela aceleração na transição energética. Outro é que os Estados Unidos se tornaram o maior produtor de petróleo e gás do planeta nos últimos anos, ultrapassando a Rússia e a Arábia Saudita, a partir de 2015. Isso por conta do investimento em tecnologia de gás não-convenção, aliado a uma extraordinária estrutura de gasodutos. Esses dois aspectos estão ilustrados na **Figura 1** e podem explicar muito dos movimentos geopolíticos mundiais que testemunhamos.

No entanto, há um motivo de preocupação recente dos especialistas e estudiosos em energia do Brasil: embora a produção de petróleo esteja ainda em escala ascendente, as reservas de petróleo do pré-sal estão diminuindo, conforme mostrado na **Figura 2**. A expectativa é que, no início da década de 2030, a produção brasileira também comece a cair. Nesse cenário, o Brasil perderia sua autossuficiência e recomeçaria a importar esse hidrocarboneto. A opção possível de solução é a exploração da Margem Equatorial Brasileira (MEQ),



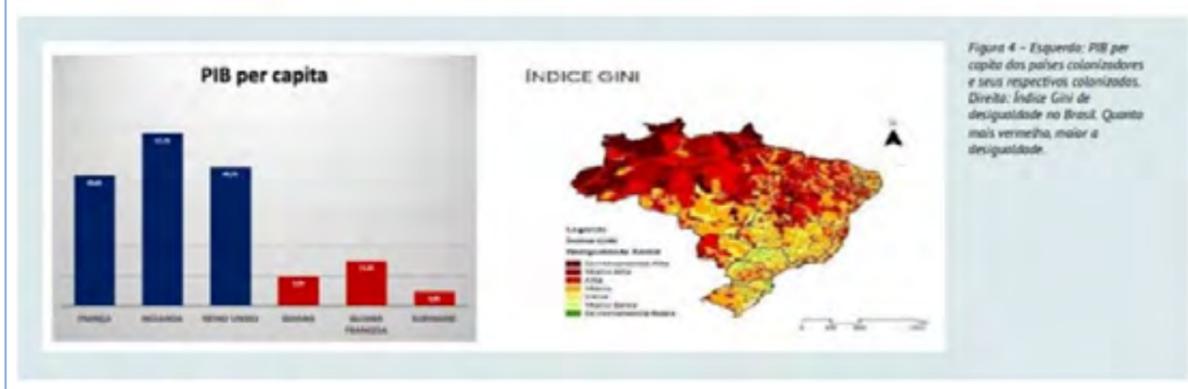
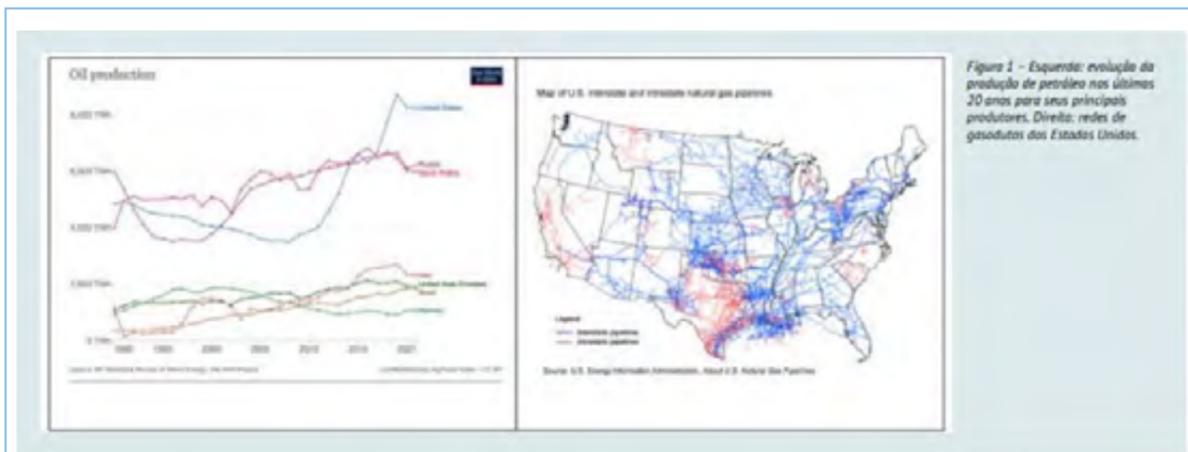
que se apresenta como a segunda maior fronteira exploratória do planeta, atrás apenas do Alasca, que já iniciou sua exploração, recentemente autorizada pelo Presidente Joe Biden.

As descobertas de hidrocarbonetos na Margem Equatorial Africana e, mais recentemente, de reservas expressivas na Guiana e Suriname impulsionaram o interesse pela exploração de petróleo na MEQ. As bacias que a compõem apresentam semelhanças geomorfológicas em relação a bacias homólogas na costa ocidental africana e pela proximidade imediata com a Guiana. Nós, juntos com o geólogo Pedro Zalan, publicamos uma nota técnica denominada Um novo Pré-Sal no Arco Norte do território brasileiro?, estudo que estimou a possibilidade de existirem reservas de 20 a 30 bilhões de barris de petróleo recuperáveis na Bacia Pará-Maranhão.

Por outro lado, reconhecidamente possuidor de uma matriz energética limpa – certamente, de longe, a mais diversa entre os grandes países (veja **figura 3**) –, o Brasil viu crescer aceleradamente nos anos mais recentes a participação de diversos tipos de energia, entre elas as de origem de biocombustíveis, como etanol de cana de açúcar ou biodiesel de soja, além de eletricidade gerada a partir de sistemas eólicos e solares na sua matriz, fatores que as projeções do Ministério de Minas e Energia (MME) indicam que irão se exponencializar nos próximos anos. Essa política também fortaleceu a posição estratégica do país na diminuição da emissão de gases de efeito estufa.

Defendemos que haja a voz da Ciência esclarecendo, dentro de nossas possibilidades, todos os aspectos envolvidos, inclusive o combate à desigualdade. A desigualdade de renda é talvez a sua forma mais tangível e mensurável. Ela se refere à disparidade na distribuição de recursos econômicos entre indivíduos ou grupos dentro da sociedade e é frequentemente representada por indicadores como o coeficiente de Gini, que mede a distribuição de renda ou consumo de uma população.

Em nossa opinião, há duas propostas hoje no Brasil sobre a exploração de petróleo no mundo: uma é uma adesão a um projeto tendo como eixo central



as pautas prioritárias da União Europeia, enquanto a outra é dos que abraçam um projeto nacional de defesa da nossa soberania e combate à desigualdade no Arco Norte – a parte do Brasil situada acima do paralelo 16. Nesse aspecto, uma boa análise é observar o retrato de hoje das terras colonizadas da Guiana, Suriname e Guiana Francesa e seus respectivos colonizadores. Por exemplo, o PIB per capita e o índice Gini no Arco Norte, como mostrado na **Figura 4**.

Por isso, já prevendo a celeuma histórica que o Brasil hoje vive em torno da exploração do petróleo na MEQ é que, há cinco anos, iniciamos a criação da Rede Amazônia Azul: o maior agrupamento de especialistas, professores, doutores e pesquisadores sobre a Margem Equatorial do Brasil. Fazem parte dela pesquisadores da Unifap, Ufma, Ufpa, UFF, UFRJ, Uema, UnB, Uern, UFJF, Ufes, Remanor, Retamane, Univali e Tamar, portanto composta de entidades locais e outras com tradição na área.

Vamos aproveitar para tecer alguns comentários sobre o que temos lido e escutado Brasil afora. Por exemplo, um grupo de estudiosos menciona um certo “Grande Sistema Recifal da Amazônia”. Não há ainda nenhuma confirmação independente de que esse sistema exista. O que encontramos em termos de referências bibliográficas foram dois artigos de um mesmo grupo de pesquisa que, por sua vez, se referem ao original, que é “Grande Sistema Recifal”, que se situa na Austrália – este, sim, já reconhecido internacionalmente. Mais ainda, há outros estudiosos de alto gabarito e enorme experiência, com várias publicações na área, que contestam tal afirmação. Ou seja, trata-se de uma afirmação controversa e não consolidada cientificamente.

Há também uma tentativa de criminalização da perfuração, com o argumento de que “vazaria”. Primeiro, é bom lembrar que a Petrobras já perfurou mais de 3 mil poços, sem vazamentos. Segundo: essa

mesma lógica de vazamento tem de servir às dezenas de navios que já trafegam diariamente naquela área, inclusive adentrando o Rio Amazonas: todos são movidos a diesel e alguns são navios petroleiros carregando toneladas de petróleo, gasolina ou diesel. Ora, a lógica do vazamento desses navios – autorizados a navegar na costa brasileira – terá obviamente que servir ao poço a ser perfurado – e vice-versa. Terceiro, a Petrobras já perfurou cerca de 700 poços em águas rasas na Margem Equatorial Brasileira; destes, cerca de 90 poços foram perfurados nas águas rasas na Bacia da Foz do Amazonas, sem vazamentos.

Para encerrar, é importante esclarecer que há uma confusão entre “Bacia da Foz do Amazonas” e a foz do Rio Amazonas. A primeira é uma bacia sedimentar que abrange uma área de aproximadamente 350.000 km², ou seja, maior que a área somada dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e a segunda é onde deságua o conhecido rio. O fato é que a Margem

Equatorial é vista como a grande agenda de futuro da energia no Brasil. Com ela, continuaremos a ser autossuficientes e independentes de outros países do mundo na produção de petróleo e gás. Este fato não destoa de outros países como os Estados Unidos, que avançaram no Alasca ou de países da Ásia ou África, que não se submeteram ao projeto europeu. Além de termos a matriz energética mais limpa do planeta, temos de reconhecer que o Brasil está onde o mundo gostaria de estar em 2050! Por outro lado, a MEQ é uma das maiores oportunidades que o Brasil tem de combater a desigualdade secular no Arco Norte do território nacional.

* É PhD pela Universidade de Nagoya, no Japão; pós-doutorado na Riken, no Japão; professor titular da Ufma; ex-diretor da ANP; e presidente da Gasmar.

** É doutor em Geopolítica pela USP e professor da Escola Superior de Guerra.

Artigo reproduzido do **Jornal dos Economistas do Corecon-RJ**